



**Ricardo Filipe
Amorim Pereira**

**Relacionando o cumprimento das promessas
políticas do(s) partido(s) do Governo com o conceito
do agente com poder de veto.**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Carlos Jalali, Professor auxiliar do Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos meus pais

o júri

Presidente

Professora Doutora Maria Teresa Geraldo Carvalho,
Professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Arguente

Professor Doutor Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa,
Professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Orientador

Professor Doutor Varqa Carlos Jalali
Professor auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Agradeço a colaboração do meu orientador Professor Doutor Carlos Jalali, pelas importantes orientações e conselhos dados ao longo deste trabalho.

Agradeço ainda aos amigos que se importaram e disponibilizaram apoio em algum momento do processo de realização deste documento, em particular a Fabiana que de forma totalmente desinteressada se aprontou para me auxiliar no tratamento estatístico dos dados.

A todos, bem hajam!

palavras-chave

Promessas políticas, mandato, agente político, veto, democracia, governo, partidos.

resumo

As promessas políticas são um elemento determinante nas relações entre forças partidárias e eleitores. Apesar de os estudos prévios mostrarem que a maioria das promessas são cumpridas pelos partidos de Governo, esse número varia consoante o tipo de Governo, com incidência maior de cumprimento nos Governos de maioria absoluta de um só partido. Esse facto parece traduzir uma dependência entre a possibilidade do partido enunciatário da promessa de a cumprir e a existência de agentes com poder de vetar a alteração de política pública subjacente. É com base nesta premissa que assenta o presente trabalho exploratório que visa instaurar a noção que o número de agentes com poder de veto existente num sistema político é a condição institucional mais importante e parcimoniosa capaz de tornar previsível a probabilidade de cumprimento das promessas políticas pelo(s) partido(s) do Governo.

A outra fase da moeda prende-se com o trabalho de George Tsebelis (2001) *Veto Players: How Political Institutions Work* e a forma como teorizou a estabilidade das políticas públicas, fenómeno que previu aumentar face a acréscimos no número de agentes com poder de veto. Inferindo a percentagem de promessas cumpridas como um proxy para a estabilidade de políticas públicas – aumenta essa percentagem com a diminuição da estabilidade das políticas públicas – o presente trabalho, em último grau, terá o efeito de possibilitar uma validação à teoria de Tsebelis diferente das habituais uma vez que incide numa variável até aqui não associada: a percentagem de promessas cumpridas pelo(s) partido(s) do Governo.

keywords

Political promises , mandate , political agent, veto, democracy, government, parties.

abstract

Political promises are a key element in relationships between party forces and voters. Although previous studies have shown that most of the promises are fulfilled by government parties, this number varies depending on the type of government, with the highest incidence of compliance in the absolute majority of governments of a single party. This fact seems to translate a dependency between the possibility of enunciatee advantage of the promise and meet the existence of agents with power to veto the underlying public policy change. It is based on this premise underlying the present exploratory work that aims to establish the notion that the number of agents with existing veto power in a political system is the most important institutional condition and parsimonious able to make predictable the likelihood of fulfillment of political promises by party(ies) of the Government.

The other side of the coin relates to the work of George Tsebelis (2001) Veto Players: How Political Institutions Work and how he theorized the stability of public policy, a phenomenon that predicted face increasing to increase in the number of agents with veto power. Inferring the percentage of promises fulfilled as a proxy for the stability of public policies - increase this percentage to decrease the stability of public policies - this work in last degree, will have the effect of enabling validation to different Tsebelis theory of usual as it focuses on a variable hitherto not associated: the percentage of promises fulfilled by the party(ies) of the Government.

“Democracia é uma questão não de conveniências mas de moralidade”.

Willy Brandt (Chanceler da República Federal Alemã 1969 - 1974)

Índice

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II – ESTADO DA ARTE	4
2.1 – INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO	4
2.2 – APRESENTAÇÃO DOS CONCEITOS ESSENCIAIS	5
2.3 – O INCUMPRIMENTO DE PROMESSAS POLÍTICAS ENQUANTO FACTOR DE CRISE DO SISTEMA REPRESENTATIVO; A NECESSIDADE DE <i>ACCOUNTABILITY</i>	11
2.4 – ANÁLISE DE ESTUDOS EMPÍRICOS	14
2.5 – ENQUADRAMENTO E APRESENTAÇÃO DA TEORIA DO AGENTE COM PODER DE VETO	22
2.6 – CRÍTICAS À TEORIA DOS AGENTES COM PODER DE VETO DE TSEBELIS	26
2.7 – RESUMO DAS IDEIAS-CHAVE.....	27
CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	29
3.1 – INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO	30
3.2 – APRESENTAÇÃO DA QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO	30
3.3 – O QUE SE ESPERA ENCONTRAR	32
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	39
4.1 – INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO	40
4.2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁXIS METODOLÓGICA	40
4.3 – METODOLOGIA	41
4.3 – CONCLUSÃO	52
CAPÍTULO V – ANÁLISE ESTATÍSTICA	53
5.1 – CONCLUSÃO	65
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO	66
BIBLIOGRAFIA	70
SÍTIOS DA INTERNET CONSULTADOS	73
ANEXOS	74

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Relacionando a % de Promessas cumpridas com a variável nº de VPs -----	56
Gráfico 1.2 - Relacionando a variável % de Promessas cumpridas com a variável nº de VPs----	76
Gráfico 2 – Relacionando o nº de VPs com a variável sistema político-----	57
Gráfico 3 – Relacionando a % de promessas cumpridas com o nº de VPs (apenas nos sistemas políticos parlamentares)-----	58
Gráfico 4 – Relacionando a % de Promessas cumpridas com a variável Tipo de Governo-----	59
Gráfico 5 – Relacionando a variável Satisfação com a democracia e a variável Abstenção (Vap Turnout)-----	60
Gráfico 6 – Relacionando a variável Duração do Governo (dias) com a variável Satisfação com o funcionamento da democracia -----	61
Gráfico 7 – Relacionando a variável Abstenção (VAP Turnout) com a variável Ideologia-----	62
Gráfico 8 – Relacionando a variável Duração do Governo (dias) com a variável Abstenção (VAP Turnout)-----	63
Gráfico 9 – Relacionando a variável Crescimento do PIB com a variável Literacia-----	64
Gráfico 10 – Relacionando a variável Satisfação com o funcionamento da democracia com a variável Literacia-----	65

Capítulo I – Introdução

As relações entre Governo e governados e o papel determinante das promessas políticas na mediação dessa relação é um tema caro à ciência e à filosofia política desde os primórdios. A respeito, já o célebre renascentista italiano Maquiavel havia dito nos seus apontamentos ao príncipe (presume-se Lourenço II de Médici) o seguinte:

“Todos sabem quão louvável é um príncipe ser fiel à sua palavra e proceder com integridade e não com astúcia; contudo, a experiência mostra que só nos nossos tempos fizeram grandes coisas aqueles príncipes que tiveram em pouca conta as promessas feitas e que, com astúcia, souberam transtornar as cabeças dos homens; e por fim superaram os que se fundaram na sua lealdade.”

(Maquiavel, 1513, cap. XVIII)

Entretanto, muito se evoluiu desde os tempos dos Médicis e hoje, chegados ao século XXI, o cumprimento das promessas eleitorais, principalmente a dos partidos do Governo, tornou-se um aspecto estruturante da teoria do mandato sobre a qual se edificou o funcionamento democrático: Partindo do pressuposto que as eleições servem para os eleitores poderem optar por um entre vários projectos políticos em confrontação, projectos que se consubstanciam em promessas articuladas em programas políticos, a credibilidade e capacidade de mobilização e participação das instituições democráticas fica ameaçada se essas promessas forem reiteradamente descumpridas.

Com efeito, os agentes políticos que assumem cargos governativos, estão mandatados para cumprir as promessas que enunciaram contextualizadamente em campanhas eleitorais – têm legitimidade eleitoral e democrática para o fazer mas não têm mandato ou legitimidade para pôr em prática uma governação factualmente contraditória ou paralela à sufragada em eleições.

Por isto, se revela tão importante o estudo do cumprimento das promessas eleitorais. Investigadores assumem como variável decisiva para a variação da força do cumprimento das promessas a variável institucional tipo de Governo: maioritário ou não?

de coligação ou não? caso sim que tipo? – maior número de partidos possível (*oversized coalitions*) ou apenas os necessários para o alcançar da maioria? E quais os partidos que detêm o cargo de Primeiro-Ministro e pastas ministeriais? Todos esses factores são denotados como desencadeadores de uma maior ou menor prevalência de cumprimento das promessas pelo(s) partido(s) que constitui(em) Governo.

Mas qual é a força que une todas estas questões? A resposta a esta pergunta encontra-se no elemento mais decisivo da política: o poder. O argumento é este: quando uma força parlamentar ganha uma eleição, fica dotada da legitimidade inerente do acto eleitoral que lhe dá poder, ou seja, possibilidade de efectivar o projecto que defendeu como o melhor para o país e sociedade. Mas esse poder não é absoluto; pelo contrário tem que competir com outros poderes: institucionais (aqueles previstos na constituição) e partidários (de todos os restantes partidos com representação parlamentar e que têm o poder relativo resultante dos resultados eleitorais).

Posto isto, justifica-se a escolha de se avançar com uma análise do fenómeno do cumprimento das promessas políticas sob uma óptica distinta: alterar o paradigma exploratório e analisar toda a problemática tendo por base a teoria dos agentes com poder de veto de George Tsebelis (2001). Tsebelis demonstrou que o número de agentes com poder de veto faz variar a estabilidade das políticas públicas (maior número de agentes com poder de veto conduz a maior estabilidade das políticas públicas). Ao aumentar o número desses agentes, diminui o tamanho de um espaço que ele designou de *winset* do *status quo*, ou seja, um espaço político-ideológico de posições não vetáveis pelos agentes políticos com poder de veto e que, portanto, contém todas as possíveis mudanças do *status quo* de um sistema político em dado momento – um *proxy*, ou seja, um substituto, um representante da estabilidade das políticas.

O argumento é o seguinte: à medida que aumente o número de agentes com poder de veto, aumenta a estabilidade política e, por conseguinte, diminui a possibilidade que o(s) partido(s) do Governo tem(têm) de cumprir as suas promessas políticas que sejam no sentido de alterar o *status quo* (a maioria das promessas). Dois objectivos se pretende atingir com este trabalho: Por um lado abrir um novo entendimento sobre o cumprimento das promessas políticas e sua dependência relativamente às estruturas

institucionais e partidárias dotadas do poder de veto, algo que a concretizar-se tornará mais previsível a variação desse fenómeno. Por outro lado, e não menos importante, servir este trabalho de confirmação das conclusões presentes na teoria de Tsebelis (2001) na seguinte medida: ao usar – para fins meramente analíticos - o cumprimento das promessas políticas do(s) partido(s) do Governo como um *proxy* de estabilidade das políticas públicas, ao provar-se uma relação negativa entre o número de agentes com poder de veto e o cumprimento das promessas políticas, por dedução, esse facto reforça empiricamente Tsebelis (2001) que afirmou que o aumento do número desses agentes políticos aumenta a estabilidade das políticas públicas.

A presente obra encontra-se dividida em quatro capítulos estruturantes, a saber: estado da arte, enquadramento teórico, metodologia, e análise estatística. O primeiro destes quatro capítulos é uma introdução ao tema, aos conceitos, aos trabalhos de referência e às respectivas metodologias. Pretende-se entranhar no leitor o gosto por este tema fazendo uso de abundantes citações do melhor que se pode encontrar na literatura respeitante. É igualmente um capítulo de relacionamento de conceitos aparentemente desconexos mas que encontram aqui uma dependência funcional. O segundo capítulo – enquadramento teórico – é um capítulo de transição entre o estado da arte e a metodologia e visa familiarizar o leitor relativamente às ferramentas de análise estruturantes: questão de investigação, variáveis, hipóteses. O terceiro capítulo é onde se explica todo o processo de investigação, ou seja, o processo que torna as “peças investigativas” mencionadas e antes separadas num “sistema-máquina” de investigação organizado. No capítulo seguinte – análise estatística – explica-se como os dados recolhidos são validados, testados e analisados de acordo com as boas práticas de análise estatística para, seguidamente, explorar-se as principais observâncias com recurso a gráficos explicativos. Por fim, no último capítulo - das conclusões - tenta-se resumir o essencial do trabalho e condensar os resultados obtidos.

Capítulo II - Estado da arte

Introdução ao capítulo

O capítulo que por ora se inicia tem por objectivo familiarizar o leitor com os conceitos estruturantes relativos à matéria em análise – o cumprimento das promessas eleitorais partindo, posteriormente, para o estabelecimento da relação entre essa realidade e o conceito de agente com poder de veto. É também função desta secção contribuir para o aguçar do interesse relativamente à problemática em causa através da demonstração da importância que o cumprimento das promessas assume como factor de credibilização e fortalecimento das democracias representativas.

O capítulo é composto por cinco partes principais: uma primeira que visa munir o leitor do entendimento relativo aos conceitos essenciais; uma segunda que instaura a noção de incumprimento das promessas como factor desencadeador da diminuição da autoridade moral por parte dos agentes políticos e aborda a necessidade da mensurabilidade das promessas de modo a permitir uma efectiva avaliação por parte dos cidadãos; uma terceira que trás ao conhecimento do leitor o estado da arte respeitante ao estudo da medição do cumprimento das promessas por parte dos partidos; uma quarta que enquadra e apresenta a teoria do agente com poder de veto, relacionando-a com o estudo em causa; por fim, um breve resumo do capítulo é disponibilizado.

Pretende-se marcar o capítulo com o estilo que se quer imbuído em toda a dissertação: um estilo informativo que privilegie a interligação dos temas demonstrando a dependência funcional de conceitos aparentemente desconexos mas que encontram proximidade neste trabalho. O autor não se pretende substituir aos mestres consultados que contribuíram para o seu conhecimento a respeito do tema. Por isso o uso de citações directas é abundante. É uma opção que visa evitar interpretações e intermediações desnecessárias e contraproducentes e possibilitar ao leitor um contacto próximo com as caracterizações, os posicionamentos, as premissas dos autores consultados e que encontram aqui uma coerência epistemológica.

Apresentação de conceitos essenciais

Uma análise completa e aprofundada da problemática das promessas políticas, implica que se diversifique o enfoque do objecto de estudo em múltiplas perspectivas. Conceitos aparentemente desconexos como populismo, credibilidade, media, *accountability*, instituições, poder, veto, compromisso, retórica, imagem, estratégia, comunicação, marketing, espectacularização, democracia, entre outros, encontram no fenómeno das promessas políticas - principalmente quando essa fenomenologia tem espaço de acção nas campanhas eleitorais, traduzindo, assim, um mecanismo de luta competitiva entre as diversas forças políticas por votos e mandatos - um factor agregador que leva à mútua interacção e a uma dependência funcional.

Tendo por ponto de partida este pressuposto epistemológico inicial, percebe-se a dificuldade na obtenção de uma definição suficientemente completa de “promessa política” que permita espelhar a totalidade da sua vertente pluridisciplinar. Kati Caetano (data não conhecida) define promessa política da seguinte forma:

Partindo do princípio de que a promessa se estabelece sobre a dupla regência modal - de uma querer e de um poder (ser/fazer) - concebe-se a promessa política como uma ação, fora de qualquer pressuposto epistemológico específico, que visa instaurar um vínculo intersubjetivo baseado na credibilidade (...) A promessa política em especial, nesse sentido, envolve a legitimação de propostas que (...) outorgam ao “promitente” uma condição vicária para certo tipo de governabilidade orientada ao pressuposto do bem comum (Caetano, p.2)

Como a autora previamente havia reconhecido, a promessa política instaura um contrato entre o agente político e o eleitor nos termos de uma troca assente em votos obtidos pelo poder da credibilidade e da confiança de que aquilo que é prometido se irá efectivar caso haja legitimidade política para o efeito: “Promessa política, considerada aqui em seu sentido literal, aquele de um contrato assumido no acto comunicativo, e que é passível de ser ou não ser realizado.” (idem, p.1)

Esta prerrogativa contratual da promessa política é determinante para o estudo subsequente pois instaura a noção - que se virá a revelar decisiva no entendimento e interpretação das problemáticas relacionadas e conceptualmente supramencionadas - de

promessa política como acto performativo. Na mesma obra analisada, estabelecendo uma conexão epistemológica e conceptual com o estudo de John Austin referente aos actos performativos - actos “originados de vocábulos ou expressões linguísticas proferidas pelo locutor em situações específicas e legitimadoras” (idem, p.3) – a autora observa que, de acordo com esta perspectiva trazida a conhecimento por J. Austin, a promessa política:

Para além das encenações performáticas (frequentemente ritualizadas) em que se concretizam (...) institui uma ação pragmática de fazer, e não só de dizer. Não se restringindo, por conseguinte, ao movimento de relatar um conteúdo, a fala efetiva algo pelo simples motivo de sua ocorrência (...) De acordo com essa perspectiva, a promessa pode ser examinada como um acto performativo, pela razão de que, independente de seu conteúdo ou de sua exequibilidade futura, concretiza-se na práxis mesma da realização de um programa. Ao ser proferida, oficializa-se enquanto compromisso e desejo, do que decorre o estabelecimento de um contrato tácito entre os falantes (idem)

Outro autor que discorreu sobre o acto performativo instaurado pela promessa política e a forma como esta estabelece uma relação funcional entre o enunciador e o enunciatário foi Landowski (1992):

Por definição, a promessa põe em relação dois parceiros e visa, entre eles, a conclusão de uma espécie de contrato pelo qual aquele que promete (S1, o enunciador) se compromete a “fazer alguma coisa”, e, mais precisamente, alguma coisa conforme à “expectativa” de seu parceiro (S2, o enunciatário). Sintagmaticamente, pode-se imaginar que o comprometimento de S1 corresponde a um pedido prévio de S2 /.../, ou que, ao contrário, o “promitente” antecipa todo pedido explícito e se empenha num programa conforme ao único suposto programa de seu parceiro. É o que constatamos tipicamente no caso das “promessas eleitorais”: diante de um corpo político que, na medida em que pede “tudo” /.../, não pede nada articulado, cabe ao “homem político” (S1) explicitar uma ordem dos valores em que o enunciatário (S2, o eleitor, tomado individual ou coletivamente) possa “se reconhecer”(Landowski, p. 157)

Esta relação de parceria entre o enunciador (promitente) e o enunciatário (eleitor) que Landowski refere, é o sustentáculo do mecanismo funcional da promessa política e vê a sua origem e possibilidade em duas valências essenciais: confiança e consenso. Mas não nos iludamos, não é móbil da promessa política a busca de consensos totalizantes, pelo contrário, as promessas políticas desempenham um papel de clarificação da disputa política ao segmentarem os eleitores em torno de um mecanismo dual de aceitação/rejeição das mesmas:

[...] ela não se edifica, entretanto, sobre o alicerce de um necessário consenso: a promessa tem seu vigor gerado no quadro de um dissenso, na medida em que se configura como uma proposta tentadora em oposição a outra possível. É sobre o pressuposto de um desentendimento originário que se busca o respaldo para o entendimento dos “iguais”. Ou seja, é sobre a base da desconfiança entre sujeitos (...) que o fazer destinado à busca de confiança se estabelece (Caetano, p.5)

Ou seja, podemos afirmar que o consenso provém da confiança - confiança no programa, no promitente, nos valores e ideologia imbuídos na promessa - e o dissenso provém da desconfiança nos mesmos moldes. É importante, a este propósito, referir que nem sempre a confiança é uma condição pré-existente para o sucesso instrumental da promessa política, ela pode advir como consequência da promessa sempre que esta desencadeie no eleitor um mecanismo de aceitação, identificação e adesão e faça com que ele se reveja ideologicamente nas propostas apresentadas sob a forma de promessa:

O que importa, antes de mais nada, não é que a coisa prometida se realize ou não, mas sim o próprio ato de adesão pelo qual os sujeitos, identificando-se com os simulacros que lhe são propostos, passam a confiar nos mesmos que, sob a roupagem de “promessas”, na realidade moldam o “desejo” deles (Landowski, 1992, p. 157)

Dito de outra forma, é através da promessa política que o debate político ganha conteúdo substancial em termos de ideologia, análise técnica, possibilidade de avaliação de exequibilidade de medidas e se afasta de uma luta estéril assente em nada mais que meros aspectos circunstanciais.

[...] se no dia de eleições, os eleitores não poderem escolher entre candidatos com propostas políticas distintas, mas apenas, digamos, entre candidatos de diferentes famílias partidárias, linhas teóricas ou qualidades estéticas, as eleições migrarão para fora da esfera política e tornar-se-ão actos não-políticos, podendo assemelhar-se às manifestações de índole religiosa ou de entretenimento, mas não políticas. Consequentemente, o acto de votar, quaisquer que sejam as suas implicações morais, estéticas ou rituais, perde o seu significado enquanto acto democrático, um acto de norma política (Schedler, 1998, p 195)

Esta é a característica da promessa política que a identifica por gerar e imantar confiança do seu próprio sentido de existir, e que se origina do princípio estruturante da opção política. Opção com base em ideologias capazes de, por si só, pela sua capacidade

agregadora, gerar confiança. Quando um agente político estabelece uma promessa junto do eleitorado, como vimos, está a estabelecer um contrato que determina que em troca de apoio, expresso em votos, a possibilidade de “pode fazer” ou de “poder não fazer” ganha forma:

[...] o “poder” (como possibilidade) e o poder não (como contingência). Devo lembrar que ambas não são contraditórias, mas sim cooriginárias da potência (...) Antes que referir-se à ausência (próprio da impossibilidade), o “poder não” manifesta, por conseguinte, disponibilidade para a privação (Caetano, p.6)

Assim sendo, antes de tudo, uma promessa política é um enunciado de um caminho que se pretende trilhar e isso, por si só, é criador de sentimentos de expectativa, afectação e confiança junto do eleitor, antes mesmo de este considerar a real possibilidade daquela promessa se poder efectivar. Obviamente, o nível de detalhe, aprofundamento e correcção dessa consideração vai depender de factores muito variáveis como, por exemplo, a literacia do eleitor:

Dessa perspectiva, a promessa não se estabelece, a rigor, apenas pela confiança em face da execução de um contrato, nem por meio da consonância argumentativa ou consensual, mas na medida de sua possibilidade de auto-afetação que leva a fazer coro com o comum.

(idem, p.9)

Chegados aqui, é importante proceder a uma análise que vise distinguir, comparando, o conceito de promessa política enquanto acto isolado e o conceito de programa político - programa de acção política de âmbito alargado, estruturado em torno de promessas que materializam uma estratégia de fundo, estratégia essa, normalmente, de cariz ideológico e que visa atingir resultados específicos. Uma comparação faz-se identificando as diferenças mas também as similitudes, segundo Kati Caetano, “Ambos os termos têm em comum o sentido de intenção de alguém (indivíduo ou grupo) a propósito de um fazer que se apresenta no formato de uma sequência de procedimentos sistematizados a serem concretizados num tempo posterior, e sob certas condições presentes”. (idem p.11)

Quanto às diferenças, elas prendem-se essencialmente “no maior ou menor engajamento do sujeito em relação ao interlocutor, e no modo como a transitividade dos efeitos da ação, em produtos ou serviços, deverá se processar” (idem). Ainda segundo a mesma autora, a promessa é referente a um “juramento e materializa um dom, ou uma doação”.

“Aquele que se coloca em atitude de doação, oferta, supostamente, algo de si ou para o que é capaz (dotado de potência) a quem é dele despojado (idem . p.11)

L. Lucas e Tânia Hoff (2008), defendem que a promessa quando ganha a “roupagem” de uma doação, potencia uma dinâmica “de desigualdade entre os implicados no acto comunicacional”. Obviamente isto levanta pertinentes questões relacionadas com o funcionamento da democracia representativa, e o risco que advém do surgimento de uma cultura política assistencialista, potenciadora de relações clientelares entre as partes envolvidas (promitente e eleitor). Essas ameaças ao saudável e ético funcionamento da democracia são, em larga medida contidas, se a promessa política for enquadrada num programa que revele uma estratégia de fundo específica pois, assim, a possibilidade de esta ser usada de forma meramente instrumental e demagógica para a obtenção de ganhos eleitorais pontuais diminui significativamente:

O programa pressupõe o cálculo de um projeto, fundado em dados que permitam aferir a exequibilidade da intenção. Além disso, tem um componente enunciativo importante: antes que expor-se como o projeto de alguém, ele se afigura como a própria evidência da possibilidade das ações (de sua potência), sendo passível, em princípio, de ser executado por qualquer pessoa que dele se aproprie. Nessa acepção, é a proposta em si mesma que se reifica aos olhos do enunciatário (idem p.11)

Um exemplo que ilustra bem a realidade que tem vindo a ser apresentada é a espectacularização das questões sociais nas campanhas eleitorais. Sociedades particularmente debilitadas do ponto de vista do seu desenvolvimento económico e social e onde, conseqüentemente, as carências de largos sectores populacionais são assinaláveis, apresentam-se como “terreno fértil” para o surgimento de líderes políticos

que, oportunisticamente, usam essas carências para capitalizar votos e, assim, ganhar mandatos.

Repudio a ideia que o tema do desenvolvimento social justo deva ser eliminado do discurso político, principalmente quando esse se prefigura como o maior desafio com que uma sociedade se confronta, esse não é o ponto; o que aqui está a ser defendido, é que essa problemática deve ser tratada com a complexidade que lhe é devida, num programa político ideologicamente marcado, coerente, exequível do ponto de vista técnico e suficientemente complexo a tal ponto que permita ir à raiz da questão, e não de uma forma assistencialista que vise a simples captação de votos. Contrariamente a essa visão alargada e estrutural, alguns políticos tendem a afectar os orçamentos nacionais e regionais - ou, pelo menos, a fazer propostas nesse sentido - de uma forma auto interessada tendo em vista a sua eleição ou reeleição. A este propósito, P Demo (2001) refere o seguinte:

Distribuir migalhas é necessário em termos de legitimação política, mas nunca foi ataque válido à pobreza maioritária da população. O tratamento conjuntural somente traz soluções conjunturais. Não é viável imaginar a superação da pobreza sem a participação produtiva do pobre, além da política.

(DEMO, 2001, p. 86)

“Promessas de ajuda” utilizadas, reiteradamente, como instrumento de obtenção de votos, para além de não contribuírem para a estrutural resolução dos problemas sociais, constitui um procedimento contrário à boa ética democrática pois instaura relações de dependência, servilismo e tornam, quem delas usufrui, ainda mais inapto para a sua autodeterminação. Caetano, supramencionada, alertava para o perigo das promessas enunciadas como uma doação, pois, segundo ela, nessa modalidade instauravam uma relação de dependência entre os implicados. Ezequiel (2012) complementa essa ideia:

É uma forma de dominação que cria laços de dependência de âmbito pessoal. Contra-pondo-se às relações sociais anónimas e contratuais da burocracia – ideais por se fundarem em direitos – ou mercantilistas dos mercados capitalistas, as ações sociais prometidas pelos candidatos, estabelecem um envolvimento pessoal baseado em valores e representações, tais como lealdade, fidelidade e reciprocidade. Quando promete, se eleito, combater a pobreza e suas mazelas o candidato almeja ser reconhecido como

benfeitor e, em contrapartida, garantir o compromisso dos “ajudados”, que na impossibilidade de retribuir – de pagarem o que devem – assumem uma dívida moral, neste caso, resgatada com o voto

(Ezequiel, 2012, p153)

Concluindo, esta forma enviesada de fazer política não passa de populismo no sentido mais puro e depreciativo do termo e apresenta-se em clara oposição ao verdadeiro sentido da palavra política e que se refere à capacidade da sociedade se organizar e delegar poderes em outrem com vista à resolução dos problemas colectivos.

A espetacularização da miséria transforma-se, em última instância, em “embalagem” de candidatos populistas, e o discurso sobre direitos e cidadania presente nas promessas de campanha equivale ao canto da sereia, ou seja, não é mais que ilusão, engodo, utilizando a mais profunda esperança para atrair e, em seguida, trair. [...] Em contrapartida, homem político é aquele que tem consciência histórica, sabe as causas dos problemas enfrentados e busca soluções, não aceitando ser simples objeto de “ações sociais” (...) coloca o cidadão como figura principal da vida democrática, sendo antídoto à cultura do “vitimismo” e do clientelismo político.

(idem p159 & 161)

O incumprimento de promessas políticas enquanto factor de crise do sistema representativo; a necessidade de *accountability*

Daniel Delgado (1998, p135-136) refere que os “sucessivos descumprimentos de programas” contribuem para uma crise dos sistemas representativos. O mesmo autor, a este respeito, refere: “ Na verdade, a crise da representação vem acompanhada de uma crise maior da própria política expressa pela perda de eficácia e confiabilidade nos partidos políticos, na administração estatal, no legislativo e no poder judiciário” (idem p.87).

É portanto vital para o bom funcionamento democrático que se institucionalize o cumprimento de programas e promessas eleitorais:

[...] por outro lado, se após o acto eleitoral as autoridades do governo fizerem o que quiserem, independentemente dos compromissos assumidos em campanha, ridicularizam a própria noção de democracia. Se resultados eleitorais não têm quaisquer consequências políticas, as eleições tornam-se meros dispositivos para legitimar a arbitrariedade e casualidade, mecanismos cegos para substituir de modo aleatório um governante despótico por outro. Em vez de se traduzirem na previsibilidade das promessas eleitorais transformam-se num meio falacioso de semear a incerteza (Shedler, 1998, p 195)

Se se verificar uma tendência clara de incumprimento das promessas políticas é muito previsível o agudizar da tendência para a desmobilização dos cidadãos das esferas institucionais levando a uma real crise de regime.

Para vários autores, níveis estáveis e crescentes de apoio popular patrocinam a estabilidade da democracia, enquanto níveis declinantes minam as bases democráticas e colaboram para o seu colapso (LINZ e STEPAN, 1999). [...] Nas últimas duas décadas tem-se institucionalizado o axioma de que os regimes democráticos dependem, para sua sobrevivência, do apoio dos cidadãos bem como de sua confiança nas instituições e nos governantes.

(Nascimento, 2014, p. 124)

Mas do ponto de vista do bom funcionamento da democracia, princípio que deve ter em consideração o atendimento à capacidade do cidadão eleitor poder escolher racionalmente a força política a apoiar, não basta não descumprir promessas políticas, é necessário que as promessas sejam suficientemente mensuráveis ao ponto de permitir um *accountability* constante. Schedler, Andreas (1998) afirma:

[...] os candidatos também podem subir o patamar da abstração e invocando meros objectivos gerais e valores consensuais, como a paz e a ordem, a justiça social, prosperidade e bem-estar. No entanto, assim que os candidatos se comprometam com determinadas metas, embora muito distantes e abstratas, os eleitores assumem o papel de clientes que podem obriga-los, aos especialistas na formulação de políticas, a prestar contas. Podem responsabilizá-los pelos resultados que alcançam (embora não por quaisquer acções específicas), pedindo-lhes no final do seu mandato se demonstrem os resultados do que se comprometeram a fazer.

A este respeito torna-se pertinente analisar o estudo de Thomson (2011) que procurou investigar as causas da avaliação que os cidadãos irlandeses fazem do cumprimento das promessas políticas. Aliás, o autor afirma que este é o primeiro estudo que “descreve e explica” a avaliação que os cidadãos fazem do cumprimento das promessas políticas relacionando esta avaliação subjectiva com os dados empíricos dos cientistas políticos (Thomson, 2011, p187). Os investigadores que estudam a congruência entre compromissos políticos - antes das eleições - e subseqüentes políticas públicas, concluem que esse nível de ligação é superior ao que os cidadãos, em média, acreditam. A variável dependente do estudo é a avaliação que os cidadãos fazem do cumprimento das promessas políticas, uma variável que se divide em três dimensões – completamente cumpridas, parcialmente cumpridas ou não cumpridas (Thomson, 2011, p189).

As hipóteses são seis: 1ª Quanto maior a congruência entre os compromissos realizados e a performance política, mais favorável é a percepção dos cidadãos relativamente a essa congruência; 2ª Quanto mais informados estiveram os cidadãos acerca das políticas, mais positivamente e realisticamente avaliam o cumprimento das promessas (a julgar pelos elevados níveis de congruência descobertos pelos investigadores); 3ª Cidadãos que se identificam com o partido do governo tendem a avaliar mais positivamente o cumprimento dos compromissos políticos do governo que outros cidadãos; 4ª Cidadãos que se identificam com os partidos da oposição tendem a avaliar mais negativamente o cumprimento dos compromissos políticos do governo que outros cidadãos; 5ª Quanto maior a confiança nos partidos políticos, mais positiva a avaliação da congruência entre compromissos e políticas por parte dos cidadãos; 6ª Cidadãos directamente afectados pelas políticas presentes nas promessas diferem na avaliação do cumprimento desses compromissos em relação aos demais cidadãos e tendem a ser mais fidedignos (Thomson, 2011, p191).

A metodologia assentou no seguinte processo: quatro perguntas foram dadas a responder durante quatro ocasiões após 2002 a 2663 indivíduos escolhidos aleatoriamente (a mais recente depois da eleição nacional de 2007). As perguntas eram referentes a promessas realizadas pelos dois partidos que constituíram uma coligação governamental após as eleições de 2002 (Fianna Fáil e o partido Progressive Democrats) e

reflectiam variações na performance política: uma foi totalmente cumprida, duas foram parcialmente cumpridas e uma última não foi cumprida. Foi pedido aos inquiridos que classificassem as quatro promessas nas categorias “cumprida”, “parcialmente cumprida”, “não cumprida” ou “não sabe”. O nível de informação política dos inquiridos foi medida através de quatro factuais questões sobre a política irlandesa. A questão “costuma achar-se próximo de algum partido político? se sim, qual o partido?” serviu o propósito de medir a identificação partidária dos participantes no estudo (Thomson, 2011, p192 a 194).

Após a análise dos dados, ficou demonstrado que os cidadãos irlandeses avaliam mais positivamente o cumprimento de compromissos políticos se estes, de facto, forem levados à prática política. De igual forma, essa avaliação é mais favorável e próxima da realidade no caso dos cidadãos melhor informados, uma vez que estes são menos influenciáveis a estereótipos e preconceitos existentes. Descobriu-se que a identificação partidária também influencia a avaliação da congruência entre promessas políticas e prática política nos termos expostos pelas hipóteses supramencionadas. Por fim, o estudo dá conta que pessoas com experiência pessoal – aqueles directamente afectados - nos temas abordados pelas promessas avaliam o cumprimento dessas promessas de uma forma mais negativa que os demais cidadãos (Thomson, 2011, p197 a 199).

Análise de estudos empíricos

Concluída esta análise mais alargada respeitante às problemáticas que envolvem o tema das promessas políticas nas sociedades que funcionam na base de uma democracia representativa, e que autojustificou a importância do tema em estudo, torna-se necessário migrar o enfoque para abordagens menos normativas e mais empíricas. No restante deste capítulo pretende-se familiarizar o leitor com a linha de estudos respeitante ao cumprimento das promessas políticas, evidenciando as grandes questões de investigação, as hipóteses mais comumente enunciadas, as metodologias preferencialmente adoptadas e as conclusões a que essas investigações costumam conduzir. Esses estudos, distanciados temporalmente e geograficamente são, no entanto,

próximos, formal e substancialmente, nos aspectos centrais. Não raramente obedecem a uma estrutura formal que assenta na seguinte divisão: inicia-se com uma introdução em que se justifica a pertinência do estudo; seguidamente a revisão de literatura em que se enquadra o trabalho com teorias estruturantes da disciplina da ciência política – destaco a teoria do mandato; a exposição dos casos a analisar; as hipóteses; a metodologia; e, por fim, a exposição e análise dos dados.

Thomson et al. (2012): “The program-to-policy linkage: a comparative study of election pledges and government policies in ten countries” propôs-se a comparar o cumprimento de promessas eleitorais em contextos institucionais necessariamente díspares (dado o número de casos) - dez países com enquadramentos institucionais muito diferentes entre si. Segundo os autores, este estudo vai mais à frente por integrar a análise do cumprimento das promessas eleitorais em 10 países com contextos institucionais díspares e, assim, possibilitar uma investigação comparativa (Thomson et al. 2012, p.4). Os diferentes contextos consistem em diferentes níveis de controlo sobre as instituições detido pelos partidos que formam os governos. Também são tidas em conta variações das condicionantes económicas. É objectivo igualmente do estudo comparar o grau de cumprimento das promessas realizadas pelos partidos que vêm a formar governo com aqueles que ficam na oposição. Pretende-se, deste modo, acrescentar dados que corroborem o “princípio do mandato” segundo o qual o cumprimento das promessas ocorre em maior grau nos partidos de governo comparativamente com os da oposição (idem). O artigo inicia-se com a constatação que a ligação entre os programas eleitorais e as políticas adoptadas é um importante elemento da moderna teoria democrática e que as previsões dos teóricos do institucionalismo são concordantes com o pressuposto que variações na força dessa ligação depende da extensão do controlo das instituições. Uma ligação mais forte é espectável para Governos com o apoio de um único partido que controla tanto o poder legislativo como o executivo em dicotomia com as construções institucionais democráticas onde partidos são forçados a partilhar poder com outros partidos (Thomson et al. 2012, p.1).

Igualmente Schermann & Ennsner-Jedenastik (2012), referem a importância da teoria do mandato assumindo que a relação entre as políticas encetadas por um Governo

e as promessas realizadas em período eleitoral são condição essencial para a existência de uma boa representatividade no sistema democrático. A evidenciar a importância da teoria referida, o trabalho começa por enquadrar a investigação do cumprimento das promessas eleitorais, no caso da Áustria, com uma das mais centrais e irrevogáveis questões da ciência política: “As eleições democráticas asseguram boa representatividade?” (Schermann & Ennser-Jedenastik, 2012 p.2), A este propósito, Körösényi afirma:

[...] Para esclarecer este ponto, temos a referir algumas das principais características da teoria normativa moderna (...) As campanhas eleitorais fornecem (disponibilizam) informações relevantes sobre as políticas a seguir ("informatividade"); Os eleitores esperam, com razão que a políticas do governo sejam idênticas às promessas eleitorais – que os políticos vão aderir e cumprir suas promessas [...]

(Körösényi de 2012, p5)

[...] E, finalmente, uma condição essencial para a validade da teoria do (s) mandato(s) é que uma grande parte das promessas de campanha sejam cumpridas [...] (idem p 15)

Table 2 –The Doctrine of Responsible Party Government

- | |
|--|
| (1) Parties present their political pledges to the voters in the form of an election program; |
| (2) Voters make a choice among competing parties in the knowledge of and in the light of their programs, based on these programs, thus they make an informed decision (which is forward-looking, as opposed to evaluating previous performance); |
| (3) The successful party will seek to translate its election program into political practice |

- | |
|--|
| when it comes into government; |
| (4) Electors retrospectively judge the governing party based on how successful they think it was in translating its election program into government practice; |
| (5) The policies of the party elected into government draws legitimacy from the fact that the party received the majority of votes at the elections. |

(idem p10)

No âmbito das hipóteses, Thomson et al. resumiram as respostas prévias em três ordens de factores: Institucionais, Recursos e Características das promessas. Nos factores

institucionais admitem que em primeiro lugar, em sistemas parlamentares, partidos que compõem governos de um único partido com maioria legislativa, são mais propensos a cumprir as suas promessas eleitorais que partidos forçados a partilhar poder; 2º em governos de coligação, partidos que detenham as pastas ministeriais mais relevantes e dos quais tenha origem o PM, igualmente estão em melhor posição para cumprir as suas promessas que os demais partidos que constituem o governo; 3º Nos EUA, o partido do presidente se não controlar o congresso, é menos provável que cumpra as suas promessas do que partidos que compõem governos de maioria, sem coligação, em sistemas parlamentares; 4º Nos EUA, o partido do presidente mais provavelmente irá cumprir as suas promessas se detiver o Congresso e, assim, não tiver que dividir o poder com outra força partidária.

Quanto ao factor “Recursos/Meios” é admitido que os partidos mais provavelmente cumprirão as suas promessas em “tempos de forte crescimento económico” e “quando governam durante longos períodos”. Por fim, as características das promessas onde é admitido que as promessas que visem manter o “status quo” e/ou sejam suportadas por vários partidos são mais provavelmente cumpridas que outras promessas (Thomson et al 2012, p8).

É possível constatar uma similitude entre estas hipóteses e as avançadas por Schermann & Ennser-Jedenastik (2012, p5) – após a realização de uma revisão de literatura que serviu o propósito de recentrar e posicionar o presente estudo, evidenciando investigações prévias realizados e conclusões obtidas: destaque dado para o estudo de Terry Royed (1996) que examinou o cumprimento das promessas eleitorais na Grã-Bretanha e EUA, bem como o de Robert Thomson (2001) para o caso da Holanda entre 1986 e 1999; as autoras partem para a formulação de hipóteses mas sem antes assumir uma importante limitação do seu trabalho ao verificar, em comparação com outras investigações antecedentes, o facto de a examinação recair num único período governamental inviabilizando, assim, um teste ao impacto do tipo de governo no cumprimento das promessas – as hipóteses são: 1ª uma promessa é mais passível de ser cumprida se representar o *status quo*; 2ª quanto mais relevante for o partido que faça a promessa mais provável é o seu cumprimento; 3ª a probabilidade de cumprimento de

uma promessa aumenta se o partido que a fez controlar a pasta ministerial correspondente; 4ª quanto menor for a distância ideológica entre os partidos da coligação, maior é a probabilidade de se cumprir as promessas desses partidos; 5ª uma promessa é mais provavelmente cumprida se for suportada por todos os partidos da coligação; 6ª uma promessa é mais provavelmente cumprida se tiver um suporte maioritário no parlamento; 7ª uma promessa é mais provavelmente cumprida se for incluída no acordo de coligação (Schermann & Ennser-Jedenastik, 2012, p7).

Migrando a análise destes estudos para a sua componente metodológica, podemos afirmar que a metodologia segue a lógica “pledge approach” que consiste em dar enfoque às promessas eleitorais dos partidos e ver qual a extensão dessas promessas é cumprida. Thomson et al. (2012) investigou o cumprimento de 12128 promessas eleitorais feitas à priori da formação de 42 governos em 10 países. Esta opção metodológica permitiu comparar países com consideráveis variações nas condicionantes institucionais e em diferentes períodos. Governos com maiorias de um único partido no parlamento no caso do Reino-Unido, Irlanda, Espanha, Portugal e Bulgária; Governos constituídos e apoiados por um único partido em minoria no parlamento também na Irlanda, Espanha e Portugal mais o caso da Suécia; Governos de coligação com apoio maioritário também na Irlanda, Suécia, Bulgária mais Holanda, Alemanha e Itália e, por fim, Governos de coligação com apoio minoritário na Irlanda e Itália (Thomson et al 2012, p11 a 16).

Muito mais limitado em número de casos, apenas o caso da Áustria e para o período que se estende de 2003 a 2007, encontra-se o trabalho de Schermann & Ennser-Jedenastik (2012) que, ainda assim, permite testar a ligação entre promessas e políticas efectivadas num enquadramento institucional marcado pela existência de um sistema multipartidário, de representação proporcional que origina frequentemente governos de coligação (Schermann & Ennser-Jedenastik, 2012, p7). A metodologia assentou na análise dos manifestos e programas eleitorais dos partidos em período eleitoral. A lógica foi a de comparar as promessas aí identificadas com as políticas efectivadas pelos partidos do governo e ver o grau de cumprimento (Schermann & Ennser-Jedenastik, 2012, p8). Numa perspectiva científica, as autoras adoptaram a definição de promessa eleitoral de Terry Royed (1996): “compromisso para encetar alguma acção ou produzir certo resultado,

onde um objectivo pode ser estimado, tendo por objectivo apurar se a promessa foi efectivamente cumprida ou o resultado produzido”.

Seguidamente, as promessas que se adequavam à definição adoptada, e após análise da governação que se serviu de estatísticas oficiais, histórico das acções legislativas, base de dados dos media, foram codificadas em três categorias: “totalmente cumpridas”, “parcialmente cumpridas” ou “não cumpridas”. Chegou-se à conclusão que, e em linha com estudo prévios, a maioria das promessas eleitorais (56% neste caso) são cumpridas (Schermann & Ennser-Jedenastik, 2012, p11). Quanto às variáveis independentes, a que apresenta o efeito mais categórico é a variável “status quo”. *Ceteris paribus* se a promessa for no sentido de manter o *status quo* as probabilidades de ela se cumprir aumentam num factor de 12.5. Para além disto, as variáveis presentes nas hipóteses 3 e 5 - controlo das pastas ministeriais e acordo dos partidos da coligação - são confirmadas embora não inequivocamente. As autoras descobriram que a probabilidade de uma promessa ser efectivada aumenta num factor de 2.4 se o partido que a proferiu vier a controlar o respectivo ministério. Factor igual se se tratar de uma promessa que tenha o acordo de todos os partidos da coligação. As restantes variáveis independentes não foram confirmadas através destes dados (Schermann & Ennser-Jedenastik, 2012, p12 a 14).

Na investigação de Thomson et al. (2012), apesar de se verificar uma elevada variação no cumprimento das promessas eleitorais de acordo com os países bem como dos períodos analisados, chegou-se a conclusões não dissidentes. Tal como o previsto, os maiores índices de cumprimento das promessas políticas encontram-se no Reino-Unido ao longo dos cinco governos analisados, governos de um único partido com apoio parlamentar maioritário. Dicotomicamente, os níveis mais baixos de cumprimento de promessas eleitorais verificam-se na Irlanda e Itália. Os autores destacam que muitos dos governos irlandeses tiveram uma curta duração, eram de coligação ou então de um único partido com apoio minoritário no parlamento; os governos italianos eram compostos por coligações muito amplas. No caso dos governos de coligação na Alemanha, embora apoiados por maiorias seguras, os seus índices de cumprimento foram marginalmente superiores aos verificados em Itália e Irlanda. Os partidos do presidente dos EUA cumpriram menos promessas comparando com os partidos de governo de um único

partido, em sistemas parlamentares - RU, Suécia, Portugal e Espanha.

Este estudo finaliza-se com a constatação que os governos de coligação, especialmente os minoritários, são os menos propensos ao cumprimento de promessas eleitorais. Pelo contrário, os governos de um único partido maioritário são os mais propensos. No caso dos EUA, quando o poder executivo e legislativo encontra-se partilhado, a situação é algo ambivalente e intermédia entre coligações e governos maioritários de um partido só. Para além disto, confirmou-se que o controlo de ministérios-chave, bem como da chefia do executivo, tem um efeito positivo no cumprimento das promessas realizadas e também descobriu-se que, com realismo, os partidos ajustam as suas promessas à conjuntura económica existente, sendo que estas são mais expansionistas em tempos de crescimento económico. No entanto, apesar desse realismo, encontrou-se evidências que atestam um maior grau de cumprimento em períodos de boa economia. (Thomson et al 2012, p17 a 22).

Focalizado exclusivamente em promessas do âmbito económico, Joaquín Artés (2011) reflectiu acerca do cumprimento dessas promessas presente nos manifestos eleitorais dos dois principais partidos espanhóis - PP e PSOE - durante os quatro ciclos eleitorais que existiram no período compreendido entre 1989 e 2004 (Artés, 2011, p146). Apesar de as promessas contidas neste estudo serem exclusivamente de cariz económico, parece-me possível incluí-las numa análise mais abrangente com vista a uma comparação com promessa de cariz genérico, uma vez que não há evidência que os mecanismos de formulação e aceitação das promessas variam de acordo com o tipo de promessas. A importância desta investigação, segundo o autor, está no facto de testar a teoria do mandato para um país diferente daqueles tradicionalmente testados: EUA e Grã-Bretanha p.e, para além de considerar estruturas de governo de igual forma díspares das comumente testadas, maiorias absolutas e coligações governamentais.

Com base nos pressupostos da teoria do mandato, inclusivamente na motivação que os políticos obtêm para tentar cumprir as suas promessas numa tentativa de não defraudar as expectativas do eleitor e, assim, manter os mandatos, e também, através de uma reflexão das implicações que os pressupostos dessa teoria acarretam na necessidade de se estabelecer coligações interpartidárias, três hipóteses foram criadas: 1ª Os partidos

de governo cumprem mais promessas que os partidos da oposição; 2ª Governos maioritários cumprem mais promessas que governos minoritários; 3ª Os partidos da oposição, quando os governos têm um apoio minoritário, cumprem mais promessas do que quando os governos têm um apoio maioritário no parlamento (Artés, 2011, p146).

Ao nível da metodologia, é explicitado que foram analisados oito programas eleitorais correspondentes aos dois principais partidos espanhóis durante os quatro processos eleitorais. Devido à dimensão desses manifestos, a análise centrou-se na parte económica dos mesmos. Um total de 1237 promessas económicas que obedeceram à definição adoptada (Royed 1996) foram identificadas. Posteriormente foram codificadas nas seguintes categorias: promessas que implicam um aumento no sector público; uma diminuição; alterações na legislação de efeito neutro nas finanças públicas; e uma última categoria designada “outras” que incluíram promessas de manutenção do *status quo*. (Artés, 2011, p148, 149).

Quanto ao cumprimento das promessas elas foram classificadas em três grupos: totalmente cumpridas, parcialmente cumpridas e não cumpridas. A avaliação do cumprimento das promessas serviu-se de documentos para posterior análise como p.e. publicações especializadas, jornais, internet, arquivos do parlamento e do governo, entre outros. Chegou-se aos seguintes resultados: Os diferentes partidos têm diferentes prioridades políticas e ideológicas o que acaba por se refletir no tipo de promessas realizadas- 30% de promessas que pressupõem um aumento do sector público no caso do PSOE face a cerca de 10% de promessas por parte do PP. Quanto ao cumprimento das promessas, o autor refere que os dados comprovam a teoria do mandato para o caso espanhol. Os partidos que formam governo cumprem 70% das promessas realizadas em período eleitoral, um valor superior ao obtido pelos partidos da oposição - estes dados estão em linha com investigações prévias noutros países. O grau de cumprimento de promessas por parte dos partidos da oposição depende do tipo de governo existente, sendo que cumprem mais (15 a 20%) durante períodos de governos minoritários.

Verificou-se, portanto, a confirmação das hipóteses 1 e 3; o mesmo já não se poderá dizer da hipótese 2 uma vez que não se verificou diferenças no cumprimento das promessas eleitorais entre governos maioritários e minoritários. (Artés, 2011, p152, 153).

Uma explicação avançada prende-se com a especificidade do contexto político espanhol que leva a que os governos minoritários necessitem apenas do apoio de partidos de cariz regional cujas reivindicações são igualmente de âmbito regional, logo, mais fáceis de satisfazer e assim conquistar o seu apoio no parlamento. (Artés, 2011, p154).

Enquadramento e apresentação da teoria do agente com poder de veto

Estas investigações até ao momento detalhadamente resumidas e analisadas evidenciam as “traves mestras” dos estudos neste campo de investigação. Outros artigos poderiam ser aqui resumidos mas, correndo o risco de tornar esta dissertação demasiado densa, algo não pretendido, optou-se por não o fazer. Em todo o caso, é perfeitamente possível, a partir dos quatro estudos supra analisados, fazer uma correspondência com os demais. Como referido a estrutura formal é sensivelmente a mesma e mesmo e as conclusões não variam em termos significativos. Por exemplo, a investigação que procurou analisar os níveis de cumprimento das promessas eleitorais na Bulgária de 1997 a 2005: Kostadinova P. (2012), à imagem do sucedido em outros estudos do género apresenta a designada metodologia “pledge approach” que, como vimos, consiste em identificar promessas em manifestos políticos e comparar essas promessas com as políticas posteriormente efectivadas.

Este artigo usa dados sobre promessas feitas pelos sete partidos políticos na Bulgária durante as eleições de 1997 e 2001 para estimar suas taxas de cumprimento no final dos respetivos mandatos legislativos e para testar que fatores afetam os níveis de satisfação.

Kostadinova (2012 p.1)

As hipóteses estão igualmente em linha com a prática corrente nesta “escola” de investigação:

H1a: promessas eleitorais feitas por partidos que entram para o governo têm uma maior probabilidade de serem satisfeitas do que promessas feitas pelos partidos que ficam na oposição.

H1b: Não há diferença no cumprimento do mandato (das promessas do mandato) entre as partes, o governo e da oposição.

H2: promessas eleitorais que prometem manter o *status quo* têm uma maior probabilidade de serem satisfeitas do que promessas que pressuponham mudança na política.

H3: promessas eleitorais que são objeto de um consenso entre os partidos têm uma maior probabilidade de serem satisfeitas do que as promessas que não são.

H4: Promessas de aumentar o papel do governo em assuntos económicos têm uma maior probabilidade de serem cumpridas se forem feitas por partidos de esquerda do que se partirem de partidos de direita.

Kostadinova (2012 p.6)

Embora dotada de alguma diferenciação, uma simples comparação com as hipóteses avançadas nas investigações de Thomson R. et al. (2012) é susceptível de comprovar essa referida similitude. Um aspecto de crucial importância para a presente investigação refere que muitas das hipóteses avançadas – as de tipologia institucional - encontram identificação e respaldo teórico com o conceito do agente com poder de veto conceptualizada por George Tsebelis (2001). Com a teoria dos agentes com poder de veto, Tsebelis procurou criar um modelo capaz de estabelecer comparações entre diferentes sistemas políticos com base na variável (dependente) “potencial de mudança de políticas existentes”.

[...] Não pretendo discutir os prós e os contras de cada uma das alternativas institucionais indicadas no título deste artigo (presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo). Em vez disso, faço uma comparação entre todas as instituições do ponto de vista de uma única variável importante: a capacidade de mudar as políticas públicas. Meu objetivo é proporcionar um modelo analítico coerente para a realização de comparações entre regimes, legislaturas e sistemas partidários. [...]

(Tsebelis G. PROCESSO DECISÓRIO EM SISTEMAS POLÍTICOS: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo, sensivelmente p.2)

O pressuposto aqui presente refere que “a estabilidade das políticas públicas aumenta quando aumenta o número de veto players, quando sua congruência diminui e sua coesão cresce” (idem sensivelmente p. 25). A teoria dos agentes com poder de veto pretende apresentar uma explicação que torne, em certa medida, previsíveis as interações estabelecidas entre as combinações possíveis dos elementos que compõem um sistema político, a saber: regimes (presidencial, parlamentar); legislatura (unicameral, bicameral); sistema eleitoral (maioritário, proporcional); sistema partidário (bipartidário,

multipartidário) tendo por base um elemento-chave, do ponto de vista desta teoria, para o funcionamento de um sistema político: os agentes com poder de veto; isto é, os actores individuais ou coletivos cuja aceitação seja condição indispensável para uma mudança do *status quo*.

[...] A fim de mudar as políticas (...) um certo número de individuais ou colectivos actores têm que concordar com a alteração proposta. Eu chamo esses actores veto players.

Tsebelis George (2001)

Uma promessa que vise alterar uma realidade estabelecida - alteração do *status quo* - para ser cumprida, necessita da aceitação dos agentes com poder de veto de um determinado regime político. A esse respeito, a teoria supra refere que a possibilidade de uma mudança no *status quo* depende do tamanho do espaço conhecido como o *winset* do *status quo*, ou seja, o conjunto de políticas que pode substituir o *status quo*.

Todo o sistema político tem uma configuração de *veto players* (um certo número de *veto players*, com específicas distâncias ideológicas entre eles, e uma certa coesão). Todas essas características afectam o conjunto de políticas que podem substituir o *status quo* (o *winset* do *status quo*)

Tsebelis George (2001)

Por dedução chega-se à conclusão que o tamanho do referido *winset* vai determinar a estabilidade das políticas públicas: quanto maior esse tamanho, menor a estabilidade das políticas públicas e mais fácil se torna mudar um determinada situação existente, inclusive para fins de cumprimento de promessas políticas.

Em poucas palavras, o argumento básico do livro é o seguinte: A fim de mudar as políticas-ou, como vamos dizer, doravante, para alterar o (legislativo) *status quo* - um certo número de atores individuais ou coletivos têm que concordar com a alteração de propostas. Eu chamo esses intervenientes atores com poder de veto.

Tsebelis (2001, p2)

O autor enuncia três hipóteses que tornam previsível a relação entre os *veto players* (VP's) e o *winset do status quo* (SQ): primeiro, à medida que aumenta o número de VP's, a área do *winset* (SQ) não aumenta (estabilidade das políticas não diminui);

segundo, à medida que aumenta a distância política entre os VP,s, ao longo da mesma linha, o *winset* do *status quo* não aumenta (isto é, a estabilidade das políticas aumenta); terceiro, à medida que aumenta o tamanho do *yolk* (esfera central de posição política de VP's colectivos – tende a diminuir com o número de agentes individuais que apresentam posições diferentes) dos atores coletivos que devem concordar com uma mudança do *status quo*, a área que contém o *winset* (*SQ*) também aumenta (isto é, a estabilidade das políticas decresce à medida que o coesão dos VP's colectivos aumenta). (Tsebelis, 1997, sensivelmente p.7)

Relacionando a literatura sobre a teoria dos agentes com poder de veto com a literatura mais específica de cumprimento de promessas condicente com a metodologia *pledge approach*, como observado anteriormente, uma das hipóteses mais comumente adoptadas nos estudos acerca do cumprimento de promessas eleitorais prende-se com o tipo de promessa: se contrária ou em linha com o *status quo* e que impacto isso terá na possibilidade de cumprimento da mesma. No entanto, não é fácil responder categoricamente a essa questão pelo motivo que as promessas que vão ao encontro da manutenção do *status quo* estão em clara minoria nos manifestos partidários o que torna difícil isolar o efeito dessa característica na multiplicidade de factores que interferem no cumprimento:

Investigações em outros países, mostram igualmente que as promessas eleitorais que vão no sentido de manter o *status quo* constituem a minoria das promessas [...]

Kostadinova P. (2012 p.8/196).

Assim, uma vez que a maioria das promessas eleitorais coloca-se em posição de desafiar a ordem estabelecida, proceder a mudanças estruturais, em suma, alterar o *status quo*, faz todo o sentido promover uma comparação funcional entre os mecanismos encontrados por Tsebelis que tornam mais ou menos possível diminuir a estabilidade das políticas públicas e, assim, viabilizar o cumprimento das promessas que implicam uma alteração do *status quo*. Caso se verifique uma relação entre estas duas dimensões, em última instância, acrescenta-se um elemento adicional que comprova os pressupostos de Tsebelis.

Críticas à teoria dos agentes com poder de veto de Tsebelis

Como qualquer teoria, esta não se encontra livre de discussão e crítica fundamentada. Stähle (2006, p14) refere que uma das principais críticas apontada à teoria dos agentes com poder de veto de Tsebelis (2001) prende-se com uma assunção excessiva e, por ventura, irrealista dos agentes políticos como agentes que se movem na busca de políticas de uma forma desinteressada de votos e mandatos ou, pelo menos, uma visão que subestima a competição por essas dimensões como algo determinante do “jogo político”. É tida como insuficientemente considerada a importância que a procura destas dimensões pelos agentes políticos tem na teoria geral.

Uma segunda crítica relaciona-se com a quase impossibilidade de testar empiricamente a teoria de Tsebelis ao identificar a enorme dificuldade, senão quase impossibilidade, de se concretizar uma correcta e rigorosa medição das “preferências políticas” dos agentes com poder de veto (*idem*). Relacionado com este ponto, outra observação prende-se com o método de identificação do que deve ser considerado agente com poder de veto. Conceptualizações muito estritas podem resultar numa identificação não completa do real número desse tipo de agentes (*idem*).

Uma terceira crítica refere que os diferentes VPs não deveriam ter, como acontece, uma importância indiferenciada na análise. A propósito, são referidas as posições de Crepaz & Birchfield (1998, p. 181-192) que observam que “os pontos de veto” como têm origens diferentes – institucionalmente, partidariamente – deveriam ser “tratados” de forma diferente pois conduzem a resultados políticos distintos – algo que não aparenta acontecer na teoria dos veto players. Indo mais além, os autores distinguem entre pontos de veto “competitivos” e “colectivos”. Enquanto os primeiros são a marca de um sistema político em que os actores com poder de veto operam em instituições separadas o que perfaz uma forte capacidade desses actores em condicionar a governação – sistemas políticos presidenciais e bicamerais enquadram-se neste grupo – os segundos aparecem em sistemas políticos em que a interacção entre os VPs é maior, muitas vezes coexistindo na mesma instituições. Sistemas políticos parlamentares e sistemas eleitorais proporcionais tendem a criar esse tipo de relação entre agentes com

poder de veto. Resumindo, o argumento aqui espelhado e que obtêm adesão e aprofundamento em Strom (2000) é que não é correcto analisar actores institucionais e partidários da mesma maneira. Aprofunda a questão dizendo que um VP partidário pode ter o motivo para vetar mas não a oportunidade (caso de um partido excedentário em uma *oversized coalition*) e um VP institucional mas facilmente terá a oportunidade e não o motivo Stähle (2006, p14).

Apesar das críticas pertinentes que confrontam a teoria dos agentes com poder de veto, é minha convicção que o âmago geral da referida teoria permanece intocado: uma alteração de política apenas será possível se o conjunto dos actores que a podem unilateralmente vetar não usarem esse poder. Considero que este pressuposto, sobre o qual recai a teoria dos agentes com poder de veto (Tsebelis, 2001) está correcto e é uma ferramenta importante a considerar no jogo político do cumprimento das promessas eleitorais.

Resumo das ideias-chave

O estado da arte nas investigações respeitantes ao grau de cumprimento de promessas eleitorais é paradigmático ao dar enfoque aos partidos e programas eleitorais destes e ao tipo de Governo (minoritários, maioritários, coligação) como variáveis explicativas.

[...] Por exemplo, nós esperamos uma ligação mais forte para os partidos que vão formar governos de partido único que controlam tanto o Executivo e o Legislativo após as eleições do que partidos que têm que partilhar o poder com os outros. Em governos de coligação, esperamos que o controle sobre pastas ministeriais relevantes seja um fator explicativo fundamental (...) A vantagem da nossa análise integrada é que dá uma avaliação mais direta e comparável de variação em avaliação do cumprimento em diferentes contextos. Estes contextos diferentes são definidos pelo nível de controle que os partidos têm nos ministérios do Governo (...) A nossa principal expectativa é que o grau de controle de um partido do Governo sobre determinado ministério afeta positivamente a probabilidade de que suas promessas eleitorais serem cumpridas

(Thomson, 2012, p. 1 , 4,5)

Esta lógica investigativa, embora certa, é pouco eficaz no desiderato de produzir conclusões relevantes em países que “operam num quadro de dispersão de poderes”:

[...] Eles (Investigadores) geralmente aplicam uma lógica parlamentar em que o Governo é idêntico à maioria legislativa. Em tais contextos institucionais parece justo avaliar as ações do Governo com base no programa do partido. Esta também é a razão porque esses estudos concentraram-se exclusivamente em fatores explicativos ao nível do sistema político e partidário (por exemplo, se o partido pertence ao Governo ou à oposição, a existência de um Governo de um único partido ou de coligação, a repartição das pastas ministeriais entre os parceiros da coligação, o comprometimento nas promessas entre os partidos da oposição e do Governo, bem como entre os parceiros da coligação, a cobertura da comunicação social sobre as promessas). Para os países em que operam num quadro de dispersão de poderes (Powell, 2000; Samuels e Shugart 2003), as análises ao nível partidário parecem inadequadas por duas razões. Em primeiro lugar, assim que diferentes atores políticos em diferentes níveis do Estado são obrigados a governar juntos, as hipóteses de eles poderem ficar com os seus programas eleitorais diminui. Um compromisso capaz de encontrar uma maioria é improvável de estar em linha com os programas eleitorais de todos os atores envolvidos. (Schwarz et al. 2010, p. 537)

A metodologia a adoptar no presente trabalho visa distanciar o estudo do cumprimento de promessas eleitorais, por parte dos partidos de Governo, de uma lógica centrada nos partidos e programas eleitorais para uma lógica explicativa mais parcimoniosa e que encontra nos agentes com poder de veto a variável independente (explicativa) essencial. Com esta inovação acredito que a análise será mais eficaz a gerar conclusões significativas para os enquadramentos institucionais marcados por uma “dispersão de poderes”- independentemente da fragmentação da nação analisada (nas nações federais a câmara alta, um VP institucional, dá representação institucional aos diferentes estados) - atingindo-se níveis superiores de parcimónia, ou seja, capacidade de explicar uma observação de uma forma mais simples, universal, coerente, com menos variáveis.

Capítulo III – Enquadramento teórico

(A Ciência) “Quando, delimitado um conjunto de problemas solucionáveis, abandona as questões cuja abordagem se poderia fazer apenas no registo da filosofia, da religião ou da ideologia, e se situa a um nível de abstração e generalidade que lhe permite elucidar regularidades, formular leis, construir modelos interpretativos”

Silva A. et al (2005)

Introdução ao capítulo

O terceiro capítulo desta dissertação é o capítulo “charneira” entre o estado da arte e a metodologia. Pretende-se que no final deste capítulo o leitor entenda o que se pretende que seja investigado com o trabalho empírico desenvolvido. Para isso será apresentada a questão de investigação; questões secundárias à QI principal que servem o propósito de orientar o trabalho de investigação de variáveis explicativas paralelas, ou seja, aquelas variáveis que enquadram e evidenciam o efeito da variável explicativa principal; são apresentadas igualmente as hipóteses que se querem ver testadas posteriormente.

Apresentação da questão de investigação

Como refere Almeida João (2005) “À teoria é conferido o papel de comando do conjunto do trabalho científico que se traduz em articular-lhe os diversos momentos: ela define o objecto de análise, confere à investigação, por referência a esse objecto, orientação e significado, constrói-lhe as potencialidades explicativas e define-lhes os limites.” A teoria angular no presente trabalho é a que procura explicar níveis maiores ou menores de cumprimento das promessas eleitorais do(s) partido(s) do Governo, através do número de agentes políticos com poder de vetar alterações políticas que ponham em causa o *status quo*. Surgem as questões: Porque é importante esta abordagem epistemológica e metodológica inovadora? Qual o contributo para o progresso da Ciência Política?

Com o presente método, a diferenciação conseguida, relativamente à linha de investigação tradicional, encontra-se na menor importância explicativa que um conjunto de variáveis dispersas teria: as variáveis regime político, tipo de Governo, estrutura de parlamento, sem analisar a fenomenologia do cumprimento das promessas políticas dos partidos que formam Governo pela óptica dos agentes políticos com poder de veto, seriam, intuitivamente, das mais relevantes. Isso é notório no anterior capítulo que descreveu os estudos proeminentes sobre o cumprimento de promessas. Com efeito, sem a elegante parcimónia concedida pelo instrumento analítico “agente político com

poder de veto” para a explicação do fenómeno do cumprimento das promessas, que, como estamos a constatar, condensa o cerne da investigação a uma variável explicativa unificadora – o número de veto players - seria necessária a adopção de um conjunto de hipóteses explicativas que teriam em consideração o tipo de sistema político (parlamentar, semi-presidencial, presidencial), o tipo de Governo (maioritário, minoritário, coligação), a forma da legislatura (unicameral ou bicameral), só para referir as variáveis principais.

Assim, tendo por ponto de partida esta constatação da inovação alcançada, o presente capítulo reflectirá acerca do processo metodológico, necessariamente científico, a adoptar para testar um conjunto de hipóteses (explicações não testadas) à questão de investigação: Existe relação entre o número de agentes com poder de veto e a proporção de promessas cumpridas pelo(s) partido(s) de Governo? A esta questão de investigação principal junta-se uma outra complementar e subalterna que visa evidenciar a importância da variável em estudo - agente com poder de veto: Quais os principais factores não institucionais que condicionam o cumprimento das promessas realizadas pelo(s) partido(s) de Governo? esta questão pretende, portanto, alargar a reflexão a outras importantes variáveis explicativas – para além do número de agentes com poder de veto e das variáveis institucionais em geral – para o entendimento do fenómeno do cumprimento de promessas pelo(s) partido(s) do Governo. Com esta questão e variáveis sucedâneas, poder-se-á também, através da análise estatística, comparar, enquadrar e relativizar o efeito da variável “número de agentes com poder de veto” num contexto rico em variáveis explicativas.

Relacionado com os importantes temas levantados no capítulo anterior, e que apresentam o eventual descumprimento das promessas políticas pelo(s) partido(s) dos Governos como razão explicativa para uma certa crise de confiança no funcionamento das democracias, torna-se pertinente a reafecção do extenso acervo de dados recolhidos para a investigação lançada pela questão de investigação supra, para uma outra questão secundarizada à questão de investigação principal: Existe relação entre a proporção de promessas cumpridas pelo(s) partido(s) de Governo e os níveis quer de abstenção quer de satisfação com a democracia? Seguidamente será providenciada uma

explicação da forma como se pretende construir esta investigação. A começar pelas hipóteses – “uma resposta provisória a uma pergunta (...) uma antecipação de uma relação entre um fenómeno e um conceito capaz de o explicar” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 16)

O que se espera encontrar

A primeira hipótese a ser testada, H1, na presente investigação refere o seguinte: A probabilidade do(s) partido(s) do Governo cumprir(em) as promessas enunciadas em contexto de campanha eleitoral depende negativamente do número de agentes com poder de veto existente. Isto é, o(s) partido(s) de Governo em contextos institucionais com menos agentes com poder de veto cumprem mais promessas realizadas em contexto de campanha eleitoral. A lógica que sustenta esta hipótese parte da constatação, defendida por Tsebelis (2001), que enquadramentos institucionais com mais agentes com poder de veto têm os seus níveis de estabilidade das políticas públicas aumentada face aos enquadramentos políticos com menos agentes com poder de veto. Isto porque a não rejeição por parte de todos esses agentes com poder de veto é condição indispensável para que uma alteração das políticas públicas seja possível. Como o cumprimento de uma promessa política-eleitoral pressupõem, na esmagadora maioria das vezes, uma alteração no *status quo*, ou seja, uma alteração de rumo, uma perturbação na estabilidade das políticas públicas, depreende-se que esse cumprimento encontre mais obstáculos quantos mais forem os agentes com capacidade de o vetar.

O trabalho de investigação presente nesta dissertação visa, portanto, testar a existência de uma relação entre a variável “nível de cumprimento de promessas do(s) partido(s) que constituem o Governo” e a variável “número de agentes com poder de veto”. Esta hipótese, antes mesmo de se “ancorar” nas constatações trazidas à luz do conhecimento por Tsebelis assenta em raciocínios intuitivos análogos. Começo por evocar o pressuposto genérico e verdadeiro, que as estruturas institucionais dos países geram incentivos à actuação dos actores políticos nas suas mais variadas vertentes e que, portanto, é muito pouco sensato e realista assumir que no respeitante à questão do

cumprimento das promessas político-eleitorais isso não se verifique.

Os partidos políticos, e seus candidatos a mandatos, na luta competitiva pelo poder, racionalmente enunciam promessas eleitorais com o objectivo de elucidar o eleitorado do tipo de condução política que pretendem prosseguir, tentando obter a concordância e adesão destes, captar votos e, assim, conquistar mandatos. Ora o ambiente institucional de fundo no qual esses intervenientes políticos operam irá forçosamente tornar mais ou menos apetecível, do ponto de vista do interesse próprio, a realização de promessas, podendo mesmo, *in extremis*, desincentivar essa prática. Quanto mais uma instituição política tiver que cooperar e negociar com as demais e não depender apenas de si para implementar uma determinada promessa, menores serão os incentivos que os candidatos a mandatos dessa instituição têm para enunciar promessas para as quais não haja uma expectável concordância, ao menos parcial, por parte dos restantes agentes com poder de veto, pois estas estarão sempre condicionadas pela aceitação destes. Este raciocínio parte da crença, realista, que, tendencialmente, os agentes políticos tentam cumprir as suas promessas por razões de ordem moral e por esse ser um factor importante no desígnio de tentar uma reeleição:

Esta teoria afirma que os partidos políticos devem seguir a exigência moral da "decência", que inclui as seguintes regras (Schedler 1998). Em primeiro lugar, evitar fazer promessas que um conhecimento de causa não pode manter (critério de realismo) Em segundo lugar, evitar fazer promessas que não se pretende manter (critério de sinceridade) (...) Outra razão para manter promessas eleitorais é evitar a retaliação pelos eleitores decepcionados na próxima eleição.

(Petry F. et al., 2008, p. 4, 5)

Quanto maior for a interdependência entre as instituições e o número destas eleitas separadamente pelos eleitores – a “dispersão de poderes” – menores serão os incentivos à realização de promessas pois a possibilidade de cumprimento é menor para o partido de Governo que em campanha eleitoral a tiver enunciado. A interdependência referida poder-se-á materializar no conceito de agente com poder de veto. Mediante este raciocínio, Thomson et al. (2012) avança hipóteses sucedâneas embora numa lógica institucionalista pura sem nunca fazer referência à figura do agente com poder de veto.

Quando o autor afirma que nos sistemas parlamentares, os partidos que entram em Governos de partido único com maiorias legislativas são mais propensos a cumprir as suas promessas eleitorais do que partidos de Governo que são obrigados a dividir o poder; que em Governos de coligação, partidos que recebem a) o cargo de primeiro-ministro e b) portfólios ministeriais relevantes, são mais propensos a cumprir as suas promessas eleitorais do que os demais partidos do Governo; quando estabelece uma comparação entre os partidos presidenciais nos EUA que não controlam totalmente o Congresso (governos divididos) e os partidos de Governo maioritários, de partido único, nos sistemas parlamentaristas, dizendo que os primeiros são menos propensos ao cumprimento das promessas eleitorais que os segundos; quando afirma que nos EUA o partido presidencial é mais propenso a cumprir as suas promessas eleitorais se controlar o Congresso do que se isso não acontecer (governo dividido) (Thomson, 2012, p. 8) o que está, implicitamente, a afirmar é o seguinte: a existência de uma relação positiva entre o controlo adquirido no Governo, e nas restantes instituições com capacidade de vetar as políticas de alteração do *status quo*, pelo partido que enunciou uma promessa, e a sua capacidade de cumprimento dessa promessa.

Nossa principal expectativa é de que o grau de controlo de um partido de governo sobre o executivo afecta positivamente a probabilidade das suas promessas eleitorais serem cumpridas. (idem p. 5)

O presente trabalho procura apresentar um modelo explicativo distinto mas complementar que substitui a tradicional comparação entre sistemas políticos por uma investigação centrada na figura do agente político com poder de veto. Esta inovação confere vantagens analíticas claras. A título de exemplo, enquanto o estudo citado é incapaz de fazer uma distinção acerca da probabilidade de cumprimento entre partidos de Governo em situação de Governos minoritários versus coligação resumindo a questão ao facto de em ambos os casos o(s) partido(s) do Governo tem (têm) que dividir o poder....

Partidos em Governos minoritários de partido único e em coligações nos sistemas parlamentares têm que partilhar o poder com outros partidos. Consequentemente, prevemos que os partidos nesses outros tipos de Governos parlamentares sejam menos

propensos a cumprir as suas promessas eleitorais do que os partidos em Governos maioritários de partido único (...) Não existem fortes razões à priori para se esperar um tipo de partilha de poder mais intensa nuns casos do que noutros, e, portanto, explorar as diferenças empiricamente. (idem, p. 5 e 6)

.....na presente investigação é assumida a hipótese que os partidos de Governos de coligação apresentam uma probabilidade menos elevada, comparando com os partidos de Governos minoritários de um só partido, para o cumprimento das promessas. Esta é a segunda hipótese de investigação, H2: Os partidos que constituem Governos de coligação são os menos propensos ao cumprimento das promessas eleitorais, comparado com partidos de Governos minoritários e maioritários. Os partidos que constituem Governos maioritários são os que apresentam maior percentagem de cumprimento de promessas. O motivo por que se espera encontrar estes resultados prende-se com o facto de segundo a teoria dos agentes com poder de veto de George Tsebelis, os partidos que constituem um Governo serem considerados agentes com poder de veto em oposição aos restantes partidos parlamentares, mesmo em situação de clara oposição ao Governo, que o não são. Se se confirmar esta hipótese, acrescenta-se uma validação extra à teoria de Tsebelis.

A Hipótese número 3 e 4 têm, respectivamente, em consideração o sistema partidário (bipartidarismo, multipartidarismo) e a estrutura do parlamento (unicameral, bicameral). Mainwaring & Torcal (2005, p. 252) definem sistema partidário como “um conjunto de partidos que interagem de maneiras padronizadas (...) deve ter pelo menos dois elementos constitutivos; portanto, precisa ter ao menos dois partidos (...) a noção de interações padronizadas sugere que há algumas regularidades na distribuição do apoio eleitoral por partidos ao longo do tempo, mesmo que alguns deles ascendam e outros declinem. (...) implica alguma continuidade nos componentes que o formam. Portanto, “sistema partidário” implica alguma continuidade nos partidos, ou seja, a institucionalização das agremiações”. De uma forma mais resumida mas complementar, Eijk & Franklin (2009, p. 12) definem sistema partidário como “a estrutura de relacionamento competitivo e colaborativo entre os partidos”. Segundo esses investigadores, o referido relacionamento disponibiliza aos eleitores informação e considerações necessárias para a decisão de voto (idem).

Prosseguindo a lógica estruturante a este trabalho que, recorde, pretende confirmar a teoria dos agentes com poder de veto (Tsebelis, 2001) usando, para o efeito, a variável da percentagem de cumprimento das promessas do(s) partido(s) do Governo, as hipóteses que se pretende ver testadas teorizam que o cumprimento das promessas do(s) partido(s) do Governo atingirão níveis superiores em sistemas bipartidários – Hipótese 3 (H3) – e em parlamentos unicamerais – H4. O motivo por que se espera encontrar estes resultados está na génese desta dissertação e, inclusivamente, na hipótese 1 – dependência negativa entre número agentes com poder de veto e cumprimento de promessas pelo(s) partido(s) do Governo – ora parlamentos bicamerais apresentam, em caso de divisão de poder, e caso previsto na constituição, um agente com poder de veto acrescido face a estruturas parlamentares de uma só câmara. Quanto ao sistema partidário, sistemas multipartidários são construções políticas naturalmente dadas à divisão do poder por mais que dois partidos (sistemas bipartidários) e ao surgimento de coligações logo, seguindo a mesma lógica, depreende-se um número acrescido de agentes com poder de veto para estes sistemas com a concomitante consequência que pela repetição exagerada do argumento me abstenho de elencar.

A hipótese 5 – H5 – prende-se com a duração (medida em dias) dos Governos. É a primeira das hipóteses avançadas a não considerar o efeito do número de agentes com poder de veto no cumprimento das promessas. Esta hipótese assume que Governos com uma duração mais longa dispõem de mais tempo para implementar as políticas públicas que conduzam ao cumprimento das promessas. Resumindo, a hipótese 5 (H5) refere que existe uma relação entre os níveis mais elevados de cumprimento de promessas por parte do(s) partido(s) do Governo e a duração dos Governos, sendo que quanto maior a duração desses Governos maiores serão os níveis de cumprimento das promessas do(s) partido(s) que o(s) constitui/constituem.

A hipótese 6 – H6 – considera o efeito da ideologia do(s) partido(s) do Governo no cumprimento das promessas desses partidos. Samuel Huntington conceptualizou ideologia como “um conjunto de ideias de acordo com a distribuição de valores sociais e políticos e tolerado num grupo social significativo” (Huntington 1957 consultado em Almeida 2015: 17) O espaço político/ideológico encontra-se dividido em dois polos

dicotómicos tradicionalmente designados de esquerda e direita. A este propósito Almeida cita Jost et al (2008, p 127).

[...] a “dimensão esquerda/direita está relacionada com a redistribuição económica, bem-estar social e a regulação do governo na economia”. Consoante um posicionamento mais à esquerda ou mais à direita, significa que os indivíduos tem valores diferentes e privilegiam coisas também elas diferentes. Um individuo de esquerda prioriza mais a equidade económica e um individuo de direita prioriza mais a liberdade económica individual (idem). Tradicionalmente, a direita era associada a opiniões conservadoras e de natureza hierárquica, enquanto, a esquerda, estava ligada a uma mudança social progressiva e a ideais igualitários (Jost et al 2008, p 127).

Ora é possível afirmar que pela conceptualização de “espaço ideológico de esquerda”, os Governos cujos partidos sejam oriundos desse quadrante ideológico tendem a prometer mudanças em políticas públicas que representem um acréscimo de gastos orçamentais para encetar políticas públicas de distribuição de riqueza pelas camadas mais desfavorecidas da sociedade procurando, assim, alcançar uma, ao menos aparente, coesão social, esta afirmação tem evidência empírica em Artés & Bustos, 2008, p321. Como a possibilidade de expansão orçamental está dependente de um acréscimo de financiamento, por receita tributária ou outro tipo de fontes de financiamento (empréstimos p.e.), e essa possibilidade nem sempre é possível de satisfazer quer nos montantes pretendidos quer nos prazos, avanço a hipótese (H6) que as promessas eleitorais do(s) partido(s) que formam Governo, oriundos do espaço ideológico da esquerda, são menos cumpridas que as promessas, menos exigentes orçamentalmente, do(s) partido(s) oriundos do quadrante político da direita.

Relacionado com a hipótese 6, está a hipótese 7 que procura relacionar o enquadramento económico do país em investigação e o cumprimento das promessas por parte do(s) partido(s) do Governo. É avançada a hipótese – H7 – refere que em contextos de crescimento económico (medida em percentagem do crescimento do PIB) os Governos dispõem de uma superior arrecadação de receitas tributárias que lhes permite cumprir mais promessas, especialmente aquelas que pressupõem aumentos da despesa pública.

As hipótese 9 e 10 são as únicas a não colocar o cumprimento das promessas enunciadas pelo(s) partido(s) do Governo como variável dependente – a dimensão que se

quer ver explicada – mas sim como variável independente – dimensão que explica. Essas hipóteses relacionam o cumprimento das promessas com a qualidade da democracia, um conceito abstracto que se pode ver explicitado em dois indicadores quantitativos chave: satisfação com o sistema democrático e abstenção. A hipótese 8 prevê a existência de uma relação positiva entre os níveis da satisfação dos cidadãos com o seu sistema democrático e o cumprimento de promessas do(s) partido(s) do Governo. Ou seja, a H8 projecta que quanto maior o cumprimento das promessas maior a satisfação geral com o funcionamento da democracia. A relação estimada na hipótese 9 é uma relação negativa entre os níveis de cumprimento das promessas do(s) partido(s) do Governo e os níveis de abstenção. Isto é, prevê-se que um acréscimo nos níveis de cumprimento das promessas origine uma diminuição nos níveis de abstenção. Em certa medida podemos afirmar que as hipóteses 8 e 9 estão relacionadas uma vez que é espectável que os níveis de abstenção sejam menores em sistemas políticos prestigiados e credenciados pelos cidadãos, sistemas políticos em que o eleitorado se reveja nos partidos e pense valer a pena a sua participação. Ora para que isso aconteça, um dos aspectos fundamentais a considerar, e que interfere directamente na avaliação que o eleitorado faz da qualidade da sua democracia, prende-se com o cumprimento das promessas eleitorais do(s) partido(s) do Governo.

Por fim, a hipótese 10 – H10 – teoriza uma relação entre o nível de literacia médio do cidadão eleitor e o cumprimento das promessas eleitorais do(s) partido(s) do Governo. Essa relação espera-se positiva, isto é, quanto maior for a literacia média do eleitor maior será o cumprimento das promessas eleitorais do(s) partido(s) do Governo. Espera-se estes resultados partindo da expectativa que eleitores mais capazes de analisar os manifestos partidários são mais exigentes e rejeitam propostas irrealistas. Assim, os agentes políticos que sejam capazes de explicar tecnicamente como tencionam cumprir as suas promessas serão premiados eleitoralmente por esses eleitores melhor preparados e aquelas propostas políticas eleitoralistas e sem apego à realidade chegarão mais dificilmente ao poder não lhes sendo dada, em última análise, a possibilidade de não cumprir.

Capítulo IV - Metodología

“Empirically, analyzing the linkage between voters and their representatives means to connect the policy agenda proposed by prospective government parties during the election campaign to the policy outcome at the end of the legislative period. Therefore, election manifestos are an especially suitable starting point, since they provide parties’ positions on a variety of policy areas in the most comprehensive and up-to-date aggregation.”

(Jenny 2006)

Introdução ao capítulo

Dando corpo à especialidade encontrada ao nível das hipóteses, o presente capítulo começa por evidenciar e clarificar a especificidade metodológica deste trabalho relativamente aos estudos prévios sobre cumprimentos de promessas eleitorais. Seguidamente operacionaliza-se a questão de investigação e questões complementares com a especificação das variáveis necessárias ao trabalho empírico bem como ao método de recolha dos dados respeitante a essas variáveis. É igualmente prestado um posicionamento da investigação nas principais correntes metodológicas da ciência moderna.

Considerações sobre a práxis metodológica

A metodologia usualmente aceite para testar o cumprimento das promessas eleitorais do(s) partido(s) que forma(m) Governo encontra-se predominantemente no estabelecimento da ligação entre os programas eleitorais desses partidos e as políticas efetivadas pelo executivo.

[...] A ligação programa-política refere-se à congruência entre as políticas que os partidos políticos prometem realizar, que são muitas vezes estabelecidas nos seus programas eleitorais ou "manifestos", apresentados durante as campanhas eleitorais, e as políticas governamentais subsequentes (...) De acordo com a abordagem de análise das promessas (pledge approach), a ligação programa-política é avaliada por determinação da medida em que as promessas eleitorais dos partidos sejam cumpridas.

(Thomson, 2012 p. 2, 3)

[...] Ao estabelecer a ligação entre promessas eleitorais e políticas adoptadas, o estudo aborda uma das questões chave da teoria representativa: As eleições democráticas asseguram boa representação?" ou ainda, no mesmo artigo, a seguinte constatação: "Empiricamente, analisar a ligação entre eleitores e seus representantes significa relacionar a agenda política proposta pelos potenciais partidos de Governo durante a campanha eleitoral com o resultado da política no final do período legislativo.

(Schermann & Jedenastik, 2012 p.

Esta metodologia é normalmente adoptada porque as hipóteses apresentadas, centradas no tipo de Governo (maioritário, minoritário, de coligação – maioritária vs minoritária) e nos partidos que controlam os ministérios leva a que se identifique qual o partido que enunciou determinada promessa e se essa promessa se insere no rol das cumpridas ou não. Como referido, este trabalho pretende analisar o cumprimento das promessas eleitorais dos partidos de Governo numa óptica distinta: a da tentativa de estabelecimento de relação entre a teoria dos agentes com poder de veto de George Tsebelis e as percentagens de cumprimentos de promessas por parte do(s) partido(s) de Governo, encontrando-se nessas variáveis, respetivamente, o factor explicativo e o que se pretende explicado. Pode-se afirmar que se pretende encontrar e testificar o seguinte padrão: maior número de agentes com poder de veto conduz a menor percentagem de promessas cumpridas pelo(s) partido(s) de Governo.

Metodologia

O presente trabalho investigativo situa-se, do ponto de vista das grandes correntes orientadoras de investigação, posicionado como um trabalho obediente à perspectiva positivista. A perspectiva positivista, também designada de quantitativa demarca-se por se centrar na análise de “factos e fenómenos observáveis, possíveis de ser medidos, comparados e/ ou relacionados no decurso do processo de investigação empírica” (Coutinho, 2014 p.26). Assim é porque tem por objectivo “adaptar o modelo das Ciências Naturais à investigação em Ciências Sociais e Humanas” para “prever e controlar os fenómenos” (idem p. 11). Estes postulados cumprem-se através da metodologia que leva o investigador a confrontar hipóteses “sob rigoroso controlo experimental” (idem p.12)

Ao acolher a crença de que a realidade social é repetível (idem p.27) podemos falar do método indutivo como regedor desta ideologia investigativa, método esse que vê na criação de padrões – a chamada verdade geral – o objectivo final do trabalho de análise de um número suficientemente vasto de casos particulares, tratando-se de um método assente no primado da passagem do particular para o geral. Os paradigmas principais são a “objectividade do mundo” em dicotomia com a “subjectividade” do investigador que deve refrear os seus “valores e preconceitos”; a previsibilidade do conhecimento que

deverá levar a que “perante os mesmos dados, diferentes investigadores devem chegar às mesmas conclusões”; a validade do conhecimento que postula que o conhecimento é uma aproximação correcta à realidade se os processos metodológico que o originaram tiverem sido correctamente aplicados e o primado da teoria que consiste no papel central de uma teoria na investigação que se propõe a “testar, verificar, comprovar teorias e hipóteses (idem p. 13, 14, 27). Adaptando-se às críticas que se abateram sobre o método positivista, nomeadamente a principal referente à alegada impossibilidade de “obtenção de um conhecimento totalmente objectivo, fruto das limitações humanas (sensoriais e intelectuais)”, um novo paradigma foi acolhido: a multiplicidade de fontes, ou seja, a possibilitação metodológica do confronto crítico (idem p. 15, 16).

Operacionalizando a questão de investigação, a variável dependente encontra-se no grau de cumprimento das promessas eleitorais do(s) partido(s) do Governo e a variável independente, o factor explicativo, no número de agentes com poder de veto. Tratando-se este um trabalho científico de análise de dados, o primeiro passo metodológico passa pela recolha de dados. Deste modo, e mediante a explicação já facultada, dois tipos de dados apresentam-se revestidos de importância crítica: percentagem de cumprimento de promessas do(s) partido(s) do Governo, por um lado, e número de agentes com poder de veto, por outro. A primeira premissa lógica a considerar é a obrigatoriedade de similitude temporal dos dados recolhidos entre a primeira dimensão referida e a segunda. Só assim será possível o estabelecimento de uma relação causal. Existem metodologias específicas para produzir os dados mencionados (número de agentes com poder de veto e percentagem de cumprimento de promessas do(s) partido(s) do Governo). Relativamente a este último, os investigadores começam por adoptar uma definição de promessa eleitoral e posteriormente procedem à análise dos manifestos eleitorais do(s) partido(s) que formam Governo em busca das promessas eleitorais aí presentes para seguidamente, e após comparar essas promessas com as políticas efectivamente encetadas, classificá-las numa escala gradativa que inclua as classificações “não cumprida”; “parcialmente cumprida”; “totalmente cumprida”. Esta abordagem metodológica encontra-se perfeitamente espelhada na seguinte citação:

Quando os investigadores estudam promessas eleitorais, as duas primeiras questões que querem ver respondidas são: “onde encontrar promessas eleitorais?” e “que declarações qualificar como promessas?” Nós examinamos os manifestos eleitorais publicados pelos partidos antes das eleições.” (...) Manifestos são o alicerce das posições assumidas por candidatos de um partido e líderes durante as campanhas eleitorais.”

(Costello & Thomson 2008)

Uma definição de promessa comumente usada e que cumpre, para propósitos de investigação, a função de “limpar” os manifestos de “falsas promessas” - enunciações de intenções que não podem ser objectivamente testadas na dimensão do seu cumprimento - é a de Royed (1996, 79): *“O compromisso de encetar alguma acção ou produzir certo resultado, onde pode ser objectivamente estimado se, de facto, a acção se realizou ou o resultado foi produzido”*. Esta definição representa um marco no estudo do cumprimento das promessas eleitorais.

Apenas a partir de 1996, com o primeiro estudo de Terry Royed, que definições explícitas do que uma promessa é são fornecidos sistematicamente (...) mais ampla a definição de promessa, menor a proporção esperada de promessas que será cumprida”

(Petry et. al. 2008, p.12)

No caso particular do estudo de Rory Costello & Robert Thomson (2008) “Election Pledges and Their Enactment in Coalition Governments: A Comparative Analysis of Ireland” a classificação das promessas é mais completa ao assumir uma diferenciação com base no critério da concordância entre elas: “Uma promessa feita por um determinado partido pode ser classificada como sendo de consenso, discordância ou não-relacionada com promessas feitas por outro partido”. Esta classificação é, no entanto, única nos estudos consultados. Na presente dissertação, tendo por objectivo recolher dados acerca do cumprimento de promessas do(s) partido(s) que formam Governo, estudos que abordam esta temática e, muito importante, pelas razões explicadas forçosamente posteriores a 1996, serão consultados: Note-se que mesmo não estando presente a definição de promessa de Royed (1996, 79), nesses trabalhos é notório o esforço de provider uma definição de promessa suficientemente clara e próxima da de Royed. Esse avanço metodológico vulgarizou-se com a inovação da investigação de 1996. Temos, assim, os seguintes trabalhos visitados: Royed & Borrelli 1999; Thomson 2001;

Artés & Bustos 2008; Costello & Thomson 2008; McCluskey 2008; Flynn 2011; Moury 2011; Artés 2012; Ferguson 2012; Kostadinova 2013; Naurin 2013; Schermann & Ennser 2013. Um conjunto de trabalhos, anteriores a 1996, foram excluídos da análise: Pomper (1968), Bradley (1969), Rose (1984), Krukones (1984), Rallings (1987), Monière (1988), Kalogeropoulou's (1989) e ainda Royed (1996) anterior ao trabalho-chave na classificação de promessa. Constatase que a amplitude de variação dos contextos institucionais respeitantes à forma de Governo e tipo de regime encontra-se bem suprida se analisarmos o conjunto de trabalhos referenciados. Na globalidade, países com substanciais variações institucionais e em períodos distintos são considerados.

No conjunto dos diferentes estudos supracitados, os casos analisados são os quatro Governos espanhóis no período compreendido entre 1989-2004; a Suécia nos quatro Governos que tiveram lugar entre 1994-2010; os dois Governos alemães que tomaram posse em 2002 e 2005; a Bulgária nos seus Governos 1997-2001 e 2001-05; a Nova-Zelândia nos seus onze Governos de 1972 a 2005; o Canadá nos Governos de 1984 a 2008; os Governos austríacos de 2000 a 2008; a Holanda e seus três Governos no período 1986-1998; em Itália os Governos de 1996 a 2005; a Grécia e o Governo de 1981; as quatro administrações presidenciais estado-unidenses de 1977 a 1992; os Governos do Reino-Unido durante o período 1979-87; e, por fim, o Governo irlandês de 2002. Tendo por ponto-de-partida estes casos, procedeu-se à elaboração de uma tabela (encontra-se em anexo) com o objectivo de reunir informação crítica para o teste empírico das hipóteses supramencionadas e que permita a caracterização da situação e enquadramento dos países analisados nas vertentes política, económica e social. Este exercício, na impossibilidade de contemplar todas as variáveis que poderiam contribuir para a referida caracterização dos países, é na sua essência um exercício de escolhas: escolher as variáveis mais pertinentes e que melhor contribuam para o teste das hipóteses supra.

Deste modo, a tabela foi criada com a primeira coluna a elencar o autor e o ano dos estudos sobre cumprimento de promessas supramencionados, a segunda coluna o país e período de governação respectivos, as demais colunas contêm a seguinte informação: Número de dias de vigência dos Governos; Tipo de Governo (Governos de maioria absoluta, minoria, coligação maioritária, coligação minoritária); Número de

partidos que constituem o Governo; Percentagem de votos alcançado pelo(s) partido(s) do Governo; Número de assentos parlamentares de apoio ao Governo / Percentagem de assentos da câmara baixa (no caso de haver duas câmaras parlamentares) que apoiam o Governo; Sistema político (parlamentar, semi-presidencial, presidencial); Sistema partidário (bipartidarismo, multi-partidarismo); Estrutura do parlamento (unicameral, bicameral); Literacia do eleitorado (este indicador consiste no cálculo de uma média ponderada que atente ao indicador de taxa bruta de matrícula no ensino secundário – “Taxa bruta de matrícula é o total de matrículas no ensino secundário, independentemente da idade, expresso em percentagem da população em idade oficial de ensino secundário. Pode exceder 100% devido à inclusão de estudantes acima da idade ou abaixo da idade devido a entradas na escola prematuras ou tardias e repetência” ¹. - repartido pelos anos do período da legislatura. Optou-se por este indicador por considerar-se o nível de ensino médio o mais adequado para esta análise (considerar o indicador de matrícula no ensino superior, significaria considerar todos os cidadão que, embora não matriculados no ensino superior, têm uma literacia média, inaptos a consciencializar-se dos programas políticos, algo que me parece errado). Os dados consultados são da responsabilidade do World Bank e apresentam-se numa base anual. Assim, consultou-se os indicadores relativos aos anos das legislaturas e procedeu-se aos cálculos como no seguinte exemplo: na legislatura espanhola compreendida entre 1989 e 1993 – iniciada a 5 de Dezembro de 1989 e finda a 9 de Julho de 1993 – a duração contou com 1312 dias; procedendo ao cálculo da média ponderada contabilizou-se o número de dias do primeiro ano da legislatura, 1989, e multiplicou-se pelo indicador de matrícula no ensino secundário ^{1.1} – 26*105 – repetiu-se a operação por todos os restantes anos até 1993 inclusive, o valor obtido dividiu-se pelo total de dias – 1312 – chegando-se ao indicador pretendido. A operação foi repetida nos mesmos moldes para todas as restantes legislaturas);

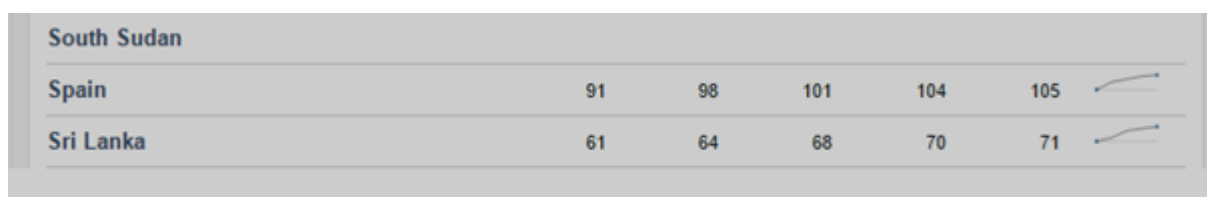


Imagem ilustrativa do que se pode encontrar em Worldbank.org

¹ / 1.1 worldbank.org

Situação económica (cálculo do crescimento do produto interno bruto – PIB – no período compreendido entre o início e o fim da legislatura analisada, através de uma média ponderada em tudo semelhante à rúbrica anterior à excepção do indicador, neste caso a variação do PIB, consultado em worldbank.org);

Ideologia do Governo (este indicador consiste numa dicotomia quantitativa esquerda/direita dos Governos presentes no presente estudo. Para o efeito procedeu-se à consulta do *Manifesto Project Data 2*, trata-se de um projecto de análise sistemática de programas eleitorais de partidos em mais de cinquenta países onde uma avaliação ideológica quantitativa é providenciada. Os programas eleitorais de esquerda assumem valores negativos enquanto os de direita positivos. O valor mais negativo de todos os programas eleitorais analisados encontra-se associado ao programa do Partido Comunista do Luxemburgo KPL/PCL (1979) com uma pontuação de -74.300 enquanto o mais positivo, com um valor de 90.909, pode ser encontrado no programa do partido Esloveno SKZ Slovenian Peasant League (1990). Nos casos em que a legislatura foi assumida por uma coligação partidária, procedeu-se ao cálculo de uma média ponderada em que a pontuação ideológica de cada partido é multiplicada pelo número de deputados desse partido e, por fim, o valor obtido é dividido pelo total de deputados da coligação. Como exemplo demonstrativo evoco o caso da coligação sueca de 2006: essa legislatura foi assumida por quatro partidos – Moderate Coalition Party, Centre Party, Liberal Party e Christian Democratic Party - que vieram a formar uma coligação após as eleições de 2006. De acordo com a importância de cada partido em termos de apoio parlamentar (câmara baixa) e o índice ideológico esquerda/direita consultado no *Manifesto Project Data* foi possível chegar a uma fórmula: $(MP)3.960*97+(CP)-4.450*29+(LP)14.550*28+(CDP)0.810*24/178=662,57$ – cada partido da coligação, representado pelas iniciais, encontra um valor respeitante à ideologia, valor esse multiplicado pelo número de assentos parlamentares alcançados. No final, o valor obtido por todos os partidos é dividido pelo número total de deputados da coligação chegando-se ao índice ideológico da coligação.);

Indicador de abstenção (são usados dados da organização intergovernamental *The International Institute for Democracy and Electoral Assistance*, especificamente o indicador VAP Turnout, ou seja, a percentagem de população em idade de votar que votaram na eleição analisada ²); Indicador de satisfação com a democracia (é tido é consideração dados do programa de pesquisa (CSES) *Comparative Study of Electoral Systems* ³ indicador esse que revela a percentagem de cidadãos que responderam (ao abrigo do estudo citado) considerar estar razoavelmente ou muito satisfeitos com o funcionamento da democracia no seu país. O número de observações (numa base anual) varia de país para país, assim, procedeu-se aos cálculos para chegar ao valor médio do indicador relativo a cada país);

Percentagem de promessas ao menos parcialmente (totalmente ou parcialmente) cumpridas pelo(s) partido(s) de Governo: encontra-se aqui a variável dependente da investigação. Os dados necessários ao preenchimento desta coluna da tabela foram encontrados nos trabalhos supra referenciados. No caso espanhol, as promessas são exclusivamente de cariz económico; como afirmei anteriormente, parece-me perfeitamente possível incluir esses dados em uma análise mais abrangente uma vez que não há evidência que os mecanismos de formulação e aceitação das promessas variam de acordo com o tipo de promessas.

Número de agentes com poder de veto – encontra-se nesta variável, o factor explicativo da investigação. É na relação entre estas duas últimas variáveis que será possível testar a primeira hipótese desta investigação (ver em cima no texto). A metodologia a adoptar para calcular o número de agentes com poder de veto de um dado enquadramento político encontra-se expresso no trabalho de Tsebelis *Veto Players: How Political Institutions Work (2001)*. O autor repetidamente conceptualiza a figura de veto player como sendo “um actor, individual ou colectivo, cujo consentimento (agreement) é necessário para mudar o *status quo*” (Tsebelis 2001, p.36).

² <http://www.idea.int/>

³ <http://www.cses.org/>

Os agentes com poder de veto podem ser de cariz institucional, se forem gerados por via constitucional, ou partidários se resultarem do “jogo político-partidário”.

[...] A constituição dos EUA especifica que a legislação requer a aprovação do Presidente, Congresso e Senado. Isso significa que esses três actores (um individual e dois colectivos) são os actores com poder de veto institucionais nos EUA (...) Alternativamente, pode acontecer que o Congresso dos EUA seja controlado por um único e coeso partido e a única legislação bem-sucedida seja aquela suportada por esse partido. Nesse caso, enquanto o Congresso é um veto player institucional, uma análise mais detalhada indica que o partido da maioria é o verdadeiro veto player (partidário). (idem, p. 37)

Daqui depreende-se a impetuosa necessidade de se analisar as constituições dos países analisados para se apurar os poderes de veto concedidos às diferentes instituições (presidencial, legislatura - uni e bicameral). De igual modo terá que se proceder a uma análise que recaia sobre os tipos de Governo presentes nos casos analisados (em caso de coligações, maioritárias ou minoritárias, todos os partidos que as constituem são considerados veto players, nos Governos maioritários ou minoritários apenas o partido do Governo é tido como tal).

O autor especifica a metodologia a adoptar, em três fases, para chegar ao número total de agentes com poder de veto:

[...] Por exemplo, qual é a configuração geral dos veto players num dado país com muitos veto players institucionais se dentro de cada um deles há vários veto players partidários? As análises anteriores indicam que prosseguimos em três passos: Primeiro, localiza-se os veto players institucionais em um espaço multidimensional. Em segundo lugar, procede-se em desagrega-los nos actores partidários de que são compostos, a fim de identificar os agentes com poder de veto individuais ou coletivos no interior de cada um deles. Em terceiro lugar, aplicamos a regras de absorção deste modo: Se alguns dos veto players está localizados no núcleo de unanimidade dos outros, podemos eliminá-los porque eles não restringem o winset do status quo.

(Tsebelis, 2001, p 122)

Alguma informação sobre o número dos agentes com poder de veto em contextos institucionais e períodos específicos foram disponibilizados por Tsebelis, no entanto, torna-se necessário proceder à quantificação por meios autónomos sempre que não haja

dados pré-existentes, o que é a grande maioria dos casos. Seguidamente, o raciocínio assente na metodologia explicitada pelo autor para quantificar os agentes com poder de veto aplicada aos casos seleccionados será providenciado. Começamos pelo caso espanhol. Como referido, o presente estudo tomará os dados pré-existentes sobre o cumprimento das promessas eleitorais dos partidos do Governo em Espanha nas quatro legislaturas que decorreram entre 1989 e 2004. A Espanha é uma monarquia bicameral em que a câmara alta – o Senado espanhol – detém poderes limitados (é dado poder de veto ao Senado mas, no caso de serem vetadas, as propostas de lei voltam à câmara baixa onde uma maioria absoluta ultrapassa o veto do Senado); como monarquia, o Chefe-de-Estado é o Rei. O Rei está acima da luta partidária e ideológica e, por isso, nunca é considerado um veto player. Deste modo, e segundo dados de Tsebelis, durante a legislatura que se iniciou em 1989, houve em Espanha um veto player: o partido do Governo (PSOE) que teve maioria absoluta. O facto de o Governo ser suportado por um partido que obteve uma maioria absoluta é irrelevante para o cálculo do número de veto players.

Esta constatação parte da premissa de, e segundo a teoria de Tsebelis, os partidos de oposição nunca serem considerados veto players mesmo em caso de Governos minoritários. Esta regra é originária do pressuposto que é muito difícil existir uma união de todas as oposições (ideologicamente separadas) para vetar as propostas de lei dos Governos, ao passo que o poder de influência dos partidos que constituem os Governos de coligação (e cujos representantes têm assento nos conselhos de ministros) é muito superior: a capacidade de veto de um partido que faça parte de uma coligação governamental tem muito de simbólica mas de simbologias se faz a prática: é certo que a maioria dos partidos de uma coligação podia prescindir de um partido oposicionista no interior do Governo e tentar socorrer-se de um apoio pontual de um partido da oposição para permitir a passagem de uma lei mas a consequência lógica desse acto seria a saída (se não imediata a prazo) do partido oposicionista-marginalizado, do Governo, com as óbvias consequências para a credibilidade do executivo associado. Penso que reside aqui o profundo sentido da lógica da teoria de Tsebelis e que, recentemente, teve uma demonstração prática com o sucedido no caso da aprovação do III resgate financeiro da

Grécia, em que na falta de apoio de vários dos deputados que suportam o Governo grego, foram os deputados oposicionistas que votaram favoravelmente o programa de resgate que possibilitaram a aprovação das medidas aí contidas. A consequência última foi, e apesar de se ter conseguido ultrapassar a crise da aprovação do acordo internacional, a demissão posterior do Primeiro-Ministro grego. Feita esta nota acerca do processo de contabilização do número de veto players, estamos em condições de aprofundar o caso espanhol na legislatura seguinte (1993-96) em que um partido (PSOE novamente) veio a constituir Governo, desta feita com um apoio parlamentar minoritário. Pelos motivos apresentados, também neste caso considera-se a existência de um único veto player no sistema político e períodos analisados. Para as legislaturas seguintes (1996-2000 e 2000-04) não existiu qualquer governo de coligação em Espanha e, por isso, manteve-se estável o número de veto players do sistema político.

Passando ao caso seguinte, a Suécia de 1994 a 2010, nas quatro legislaturas que aí decorreram. A Suécia, sendo uma monarquia unicameral tem um único VP (veto player) institucional – a única câmara do parlamento – e, assim, vê todos os seus VP recaírem no jogo partidário (veto players partidários). Nas três primeiras legislaturas (1994-98; 1998-2002; 2002-06) o Governo foi constituído por um só partido, contabilizando-se nesse período um VP, já na legislatura que decorreu entre 2006 e 2010 quatro partidos uniram-se numa coligação governamental dando origem ao aparecimento de quatro VP. Outros países analisados com um único VP institucional são o caso da Bulgária (período 1997-2001) e Nova-Zelândia (período 1972-2005). Trata-se, respectivamente, de uma república unicameral em que o presidente não detém poder de veto 3 e de uma monarquia constitucional com parlamento unicameral (como referido o Rei não conta como VP). Assim sendo, nestes países, o número de VP diz respeito ao número de partidos do Governo (VP partidários). O caso Alemão, de 2002 a 2009, apresenta já um número de VP institucionais superior: 3. Trata-se das duas câmaras do parlamento - Bundestag e Bundesrat - respectivamente câmara baixa e alta, e ainda o Presidente que detém, pela constituição, o poder de vetar todas as novas leis federais. Isto, no entanto, não quer dizer que todos esses VP sejam contados individualmente. Segundo a teoria que nos tem regido, aplica-se a regra da absorção sempre que um VP se encontre localizado no campo

ideológico de outro. Assim, tendo em conta a regra da absorção, no caso alemão, para o período referenciado o Presidente, pertencendo à mesma área ideológica dos partidos que se encontram no Governo, é absorvido e não conta para o número total de VP, recaindo, assim, o número de VP nos de origem partidária. A Nova-Zelândia, o Canadá e, naturalmente, o Reino-Unido têm por Chefe-de-Estado a Rainha de Inglaterra (e dos Commonwealth Realms ⁴), na Nova-Zelândia o parlamento é unicameral, nos restantes dois países mencionados é bicameral mas no caso do Reino-Unido o poder *de facto* da câmara alta (câmara dos Lordes) está condicionado na medida em que a câmara baixa pode ultrapassar um veto da câmara alta. Assim, no caso do Reino-Unido, na prática, existe um VP institucional e o número total de VP vai depender do número de partidos que em dado momento estejam no Governo. Já no caso do Canadá existe dois VP institucionais: as duas câmaras do seu parlamento bicameral, podendo aplicar-se a regra da absorção segundo os critérios já explicitados. Áustria, Holanda, Itália, EUA e Irlanda são casos de nações, incluídas neste trabalho de investigação, com parlamentos bicamerais. A câmara alta do parlamento austríaco – Bundesrat austríaco – tem poderes de veto muitíssimo limitados (apenas incide esse poder em leis que visam alterar o poder dos estados ou do Bundesrat) por isso é considerado apenas a câmara baixa – Nationalrat – como VP institucional. O contrário se verifica nos Senados holandês, italiano e estado-unidense: estamos perante câmaras altas muito fortes, com poder de vetar as propostas legislativas das respectivas câmaras baixas, contando assim, esses sistemas políticos dois VP institucionais; mas enquanto na Holanda o Chefe-de-Estado é um monarca e, por esse motivo, não conta como VP nos outros casos é um Presidente. Assim, à exceção do caso italiano cujo Presidente goza de uma poder de veto muito fraco que consiste na prerrogativa de solicitar uma segunda deliberação de um projeto de lei aprovado pelo Parlamento antes de ser promulgada, sendo ainda que o Parlamento pode derrubar o veto por maioria ordinária, e o caso do Presidente Austríaco que não tem qualquer poder de vetar leis, os Presidentes dos EUA e Irlanda contam como VP institucionais.

Conclusão

Ao longo deste capítulo foi possível explicitar o método de recolha e tratamento dos dados necessários à construção das variáveis em análise e que conduziram à construção da tabela anexada posteriormente. Essas variáveis procuram estar intimamente ligadas às hipóteses que se querem ver testadas. Foi também possível explicitar as inovações metodológicas a que esta dissertação se quer ver associada.

No seguinte capítulo os dados da tabela mencionada serão analisados estatisticamente em busca de correlações estatisticamente significativas.

Capítulo V – Análise estatística

Finalizada a recolha de dados é necessário sujeitá-los à respectiva análise quantitativa. Um método grandemente difundido de análise automática de dados quantitativos passa pelo uso do software SPSS. Esse programa estatístico é capaz de gerar conclusões significativas, de forma automática, para um conjunto de variáveis. A principal mais-valia do uso dessa ferramenta é a forma rápida, automática e eficaz a que responde à questão se existe correlações entre variáveis. Seguindo as etapas de utilização tipificadas, é possível aferir dois importantes aspectos acerca das correlações: grau de assertividade da força da correlação entre as variáveis (significância), efeito global das variáveis independentes – sempre que for possível usar o teste da regressão linear. Após o tratamento dos dados para eliminação dos valores extremos e tendo-se (ou não) observado que obedeciam a distribuições lineares procedeu-se ao exercício de descoberta de correlações bivariáveis significativas. Para isso usou-se as funções do programa para correlacionar as catorze variáveis inseridas (Número de dias de vigência dos Governos; Tipo de Governo; Número de partidos que constituem o Governo; Número de assentos parlamentares de apoio ao Governo; Sistema político (parlamentar, semi-presidencial, presidencial); Sistema partidário (bipartidarismo, multi-partidarismo); Estrutura do parlamento (unicameral, bicameral); Literacia do eleitorado; Situação económica; Ideologia do Governo; Indicador de abstenção; Indicador de satisfação com a democracia; Percentagem de promessas cumpridas pelo(s) partido(s) de Governo; Número de agentes com poder de veto). Um total de 196 (14*14) análises bivariáveis foram testadas, descobrindo-se as seguintes correlações significativas (Sig. inferior a 0,05). Mas antes de indicar e analisar as correlações, é decisivo suprir uma explicação sobre a forma de interpretação das correlações bivariadas. O valor mais importante a analisar é o coeficiente de correlação também designado quadrado da correlação ou coeficiente de determinação r^2 , no fundo o indicador que nos mostra quanto da variância de uma variável se deve à relação linear com uma segunda (variância comum ou força da correlação) (Coutinho, 2014 p. 174).

[...] R significa “relacionamento” (...) ao falar de relacionamento entre as variáveis não nos é requerido que distingamos entre variáveis dependentes e independentes. Duas variáveis estão relacionadas se os seus valores tendencialmente se moverem juntos

(Franklin, 2008, p253)

Quanto mais afastado de 0 e próximo de 1 for esse valor, maior é a força da correlação (idem p. 173) Valores negativos nesse indicador denotam correlações negativas (uma variável varia negativamente em função de uma segunda variável) e valores positivos indicam correlações positivas (as variáveis variam no mesmo sentido). A força da correlação deverá, segundo Franklin (2008, p254) ser analisada da seguinte forma: valores de r entre 0,00 e 0,19 denotam uma correlação ligeira, valores de r entre 0,20 e 0,34 situam a correlação numa ordem de intensidade moderada; avançando para valores de r entre 0,35 e 0,49 e estaremos diante de uma correlação forte; valores de r superiores a 0,49 tratar-se-ão de correlações que o autor classifica como “espectaculares, suspeitas ou até muito suspeitas”.

Foi realizado o teste de normalidade para saber se a variável *número de agentes com poder de veto* tem uma distribuição normal, o que não se confirmou dado que a significância resultante do teste Kolmogorov-Smirnov é menor que 0,05. Uma vez que uma das premissas necessárias ao uso de testes paramétricos não se satisfaz (Coutinho, 2014 p. 206) optou-se pela prática de testes não paramétricos. Nesta fase torna-se importante salientar que o facto de se optar pelo uso dos testes não-paramétricos não deve ser motivo de enfraquecimento dos resultados obtidos. Como refere Coutinho (2014 p. 210) não existe uma superioridade de nenhuma espécie entre testes paramétricos e não-paramétricos, apenas são testes diferentes para situação diferentes.

Foi possível identificar uma correlação entre o número de agentes com poder de veto e a percentagem de promessas cumpridas pelo(s) partido(s) do Governo à razão de - ,578 significando isto uma diminuição de cumprimento dessas promessas face a aumentos no número de agentes com poder de veto. Vê-se assim confirmada a hipótese 1 (ver acima no texto p.45) desta dissertação.

O gráfico seguinte ajuda na compreensão deste fenómeno ao tornar visível a

diminuição média do cumprimento das promessas eleitorais do(s) partido(s) do Governo face ao aumento dos VPs.

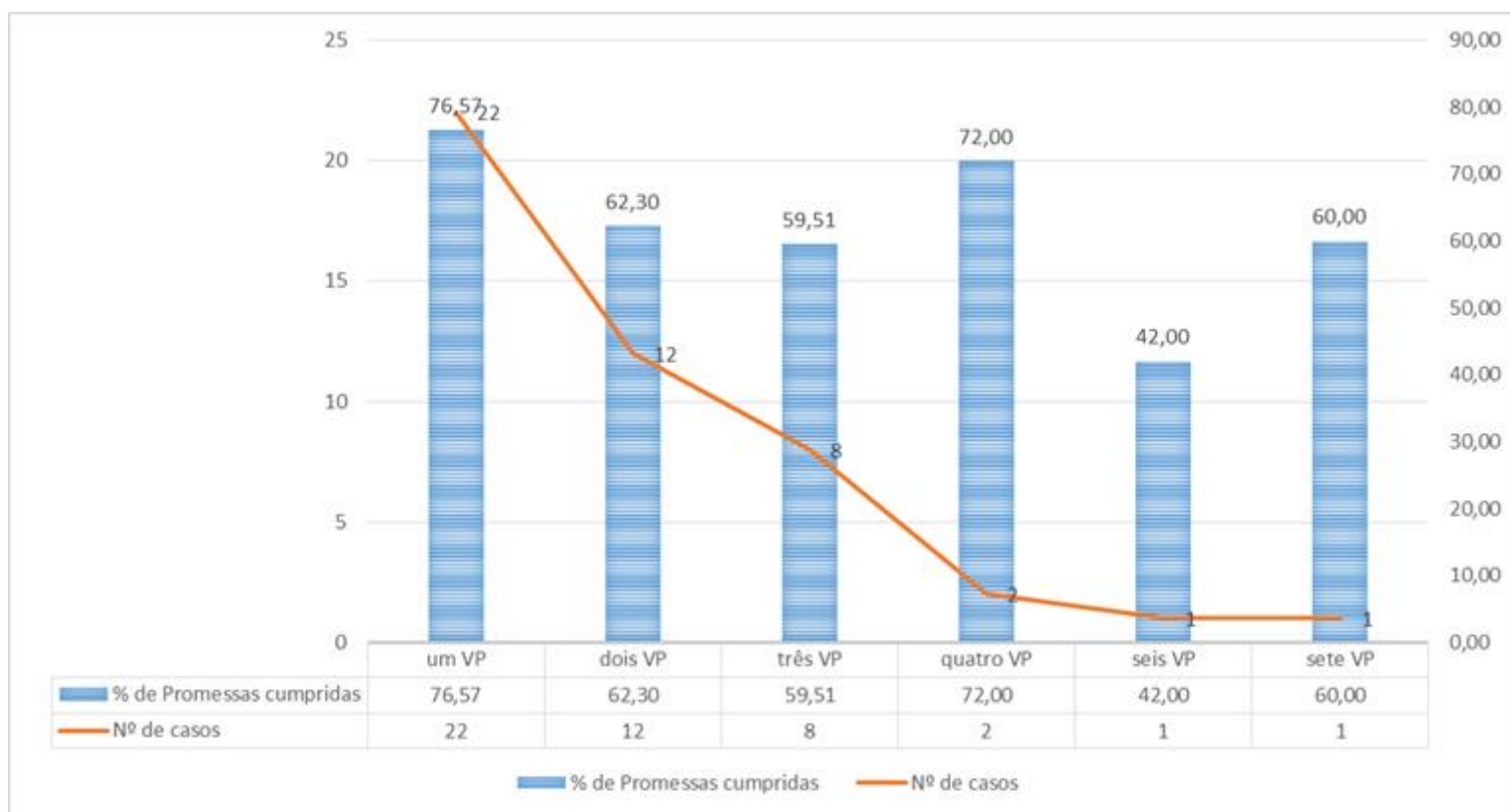


Gráfico 1 – Relacionando a % de Promessas cumpridas com a variável nº de VPs

Consultar o gráfico 1.2, em anexo, para maior aprofundamento do fenómeno.

É pertinente explorar um pouco mais a distribuição do número de agentes com poder de veto e relacionar essa dimensão com a variável sistema político. Como é visível no gráfico 3 os sistemas políticos Parlamentares são, de entre os diferentes tipos de regime, aquele cujo número médio de agentes com poder de veto é menor: 1,8; de seguida com 2,3 VPs em média, encontra-se o sistema político Semi-presidencial; por fim, o sistema político Presidencial é o que apresenta maior número médio de VPs: 3. Relacionando esta dimensão com a variável *percentagem de cumprimento de promessas do(s) partido(s) do Governo*, denota-se que o sistema político Parlamentar é o que, em média, cumpre um maior número de promessas: 71,76%, seguido do sistema político

Presidencial com 58,30% e do sistema político Semi-presidencial com 56,27% de promessas cumpridas.

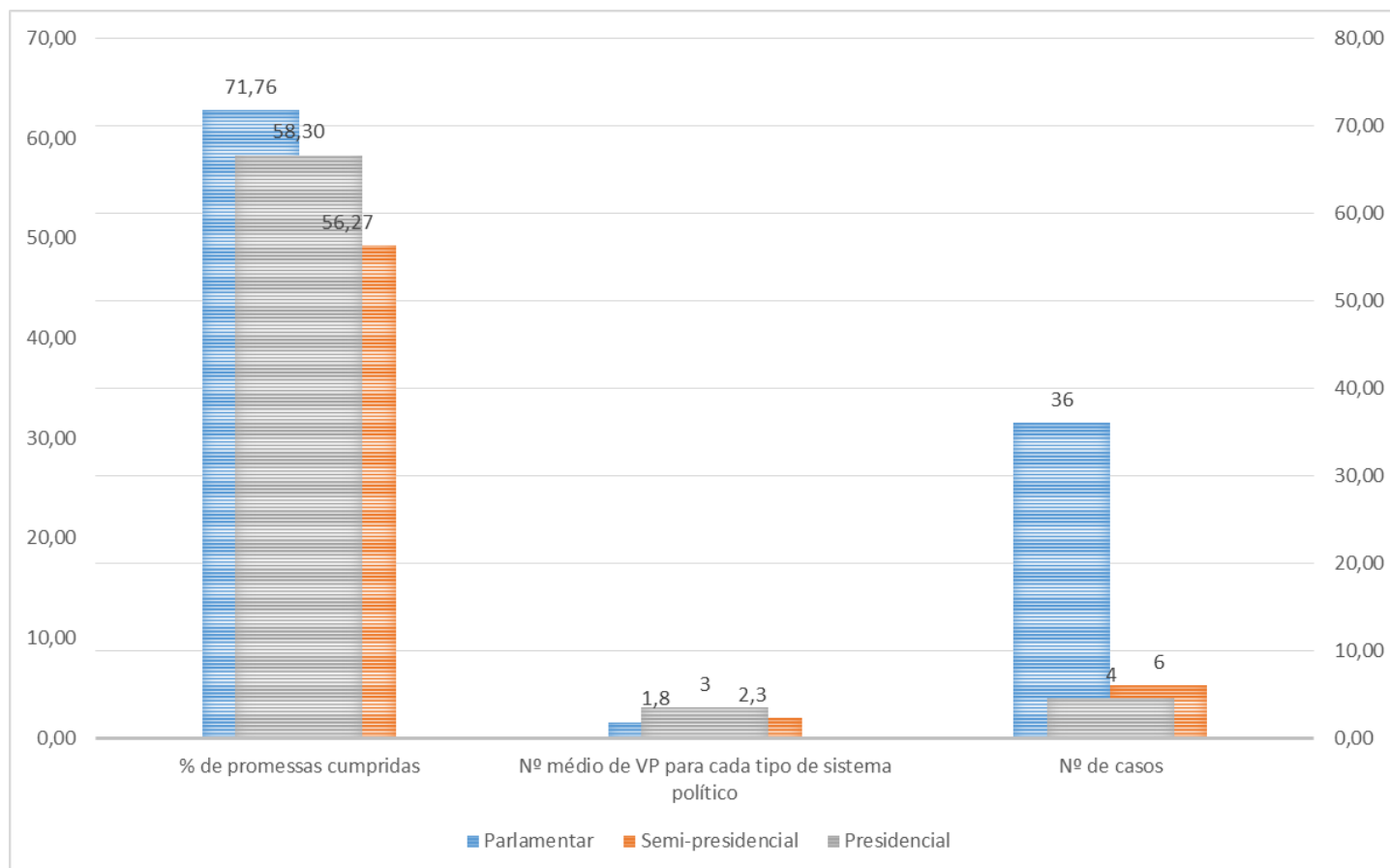


Gráfico 2 – Relacionando o nº de VPs com a variável sistema político

Uma crítica que poderá ser sujeito este trabalho é a discrepância no número de casos analisado relativamente à variável do número de VPs. Com efeito, e como se encontra visível nos gráficos anteriores, à medida que se avança no número de VPs os casos analisado são menores. Repare-se no número de casos, muito residual, de observações relativas a sistemas políticos Presidenciais ou Semi-presidenciais: 4 e 6 respectivamente. Esta realidade levou à necessidade de isolar, para efeitos de análise, os casos de regimes políticos Parlamentares. Deste modo, numa lógica investigativa *most similar* em que o aspecto que une é o sistema político, tentou-se perceber se o número de VPs continuava a ser um factor decisivo para a variação da percentagem de

cumprimento das promessas pelo(s) partido(s) do Governo tal como parece indicar a análise do SPSS.

O gráfico 4 é elucidativo: mesmo considerando apenas os casos analisados em que o sistema político é Parlamentar, existe uma correlação entre a variável *percentagem de promessas cumpridas pelo(s) partido(s) do Governo* e o *número de agentes políticos com poder de veto*, tal como detectado pelo programa estatístico SPSS.

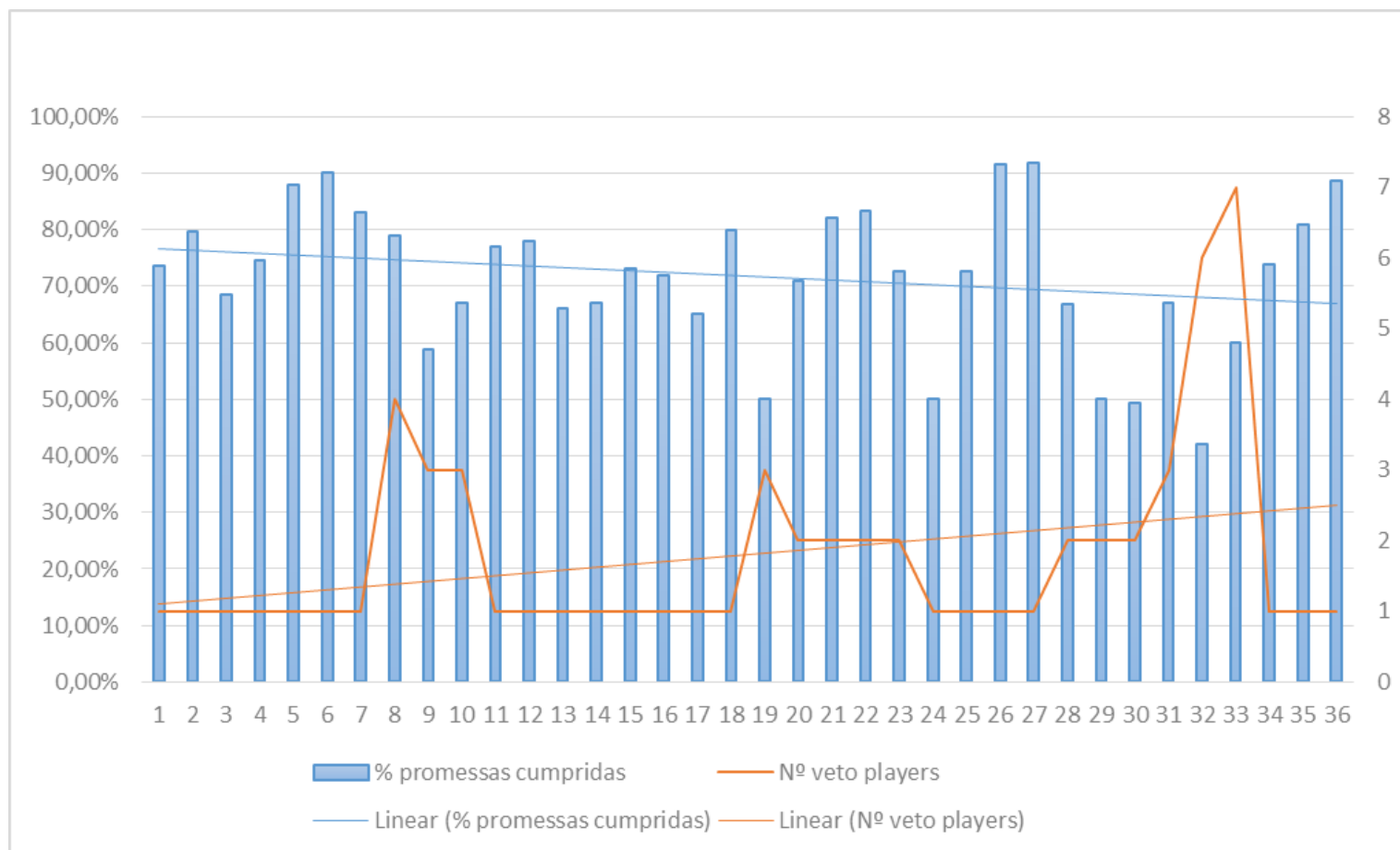


Gráfico 3 – Relacionando a % de promessas cumpridas com o nº de VPs (apenas nos sistemas políticos parlamentares)

A segunda hipótese avançada na presente dissertação referia o seguinte: Os partidos que constituem Governos de coligação são os menos propensos ao cumprimento das promessas eleitorais, comparado com partidos de Governos minoritários e maioritários. Os partidos que constituem Governos maioritários são os que apresentam maior percentagem de cumprimento de promessas. O gráfico seguinte – gráfico 5 – e

apesar de não existir qualquer evidência estatística significativa que o indique, parece ir ao encontro da confirmação dessa hipótese, mas, repito não existe qualquer evidência estatística e por isso não se confirmou essa hipótese.

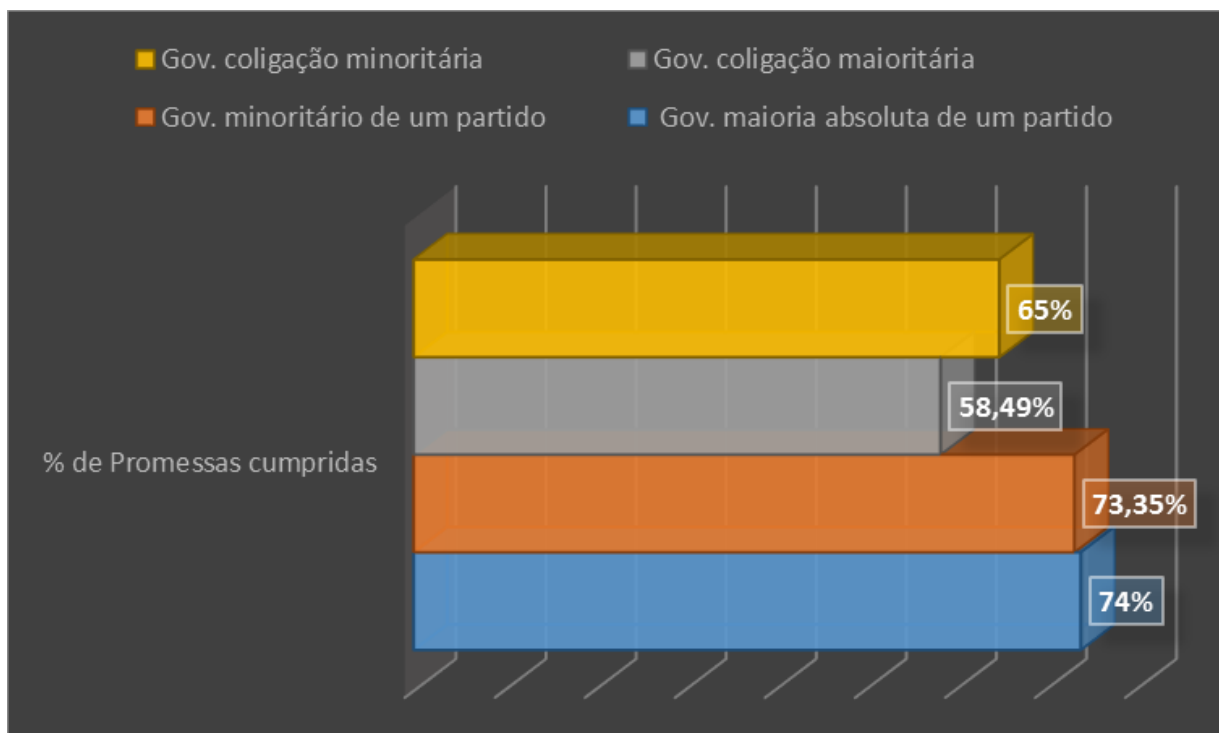


Gráfico 4 – Relacionando a % de Promessas cumpridas com a variável Tipo de Governo

Do elevado conjunto de dados reunidos para a presente investigação e posterior tratamento estatístico, surgiu alguns factos estatísticos relevantes que, apesar de não confirmarem nenhuma das hipóteses restantes avançadas nesta dissertação, são *de per se* relevantes e merecedores de publicação. Encontrou-se uma correlação à razão de $-0,398$ ao nível das variáveis *níveis de abstenção e satisfação com o funcionamento da democracia*. Trata-se, uma vez mais, de uma correlação não paramétrica (ambas as variáveis tinham níveis de significância do teste Kolmogorov-Smirnov menores que 0,05). Como se encontra patente no gráfico 6 esta correlação parece indicar que ao aumento dos níveis de satisfação de democracia corresponde uma diminuição na percentagem de população em idade de votar que votaram na eleição analisada em idade de votar que votaram na eleição analisada (aumento da abstenção).

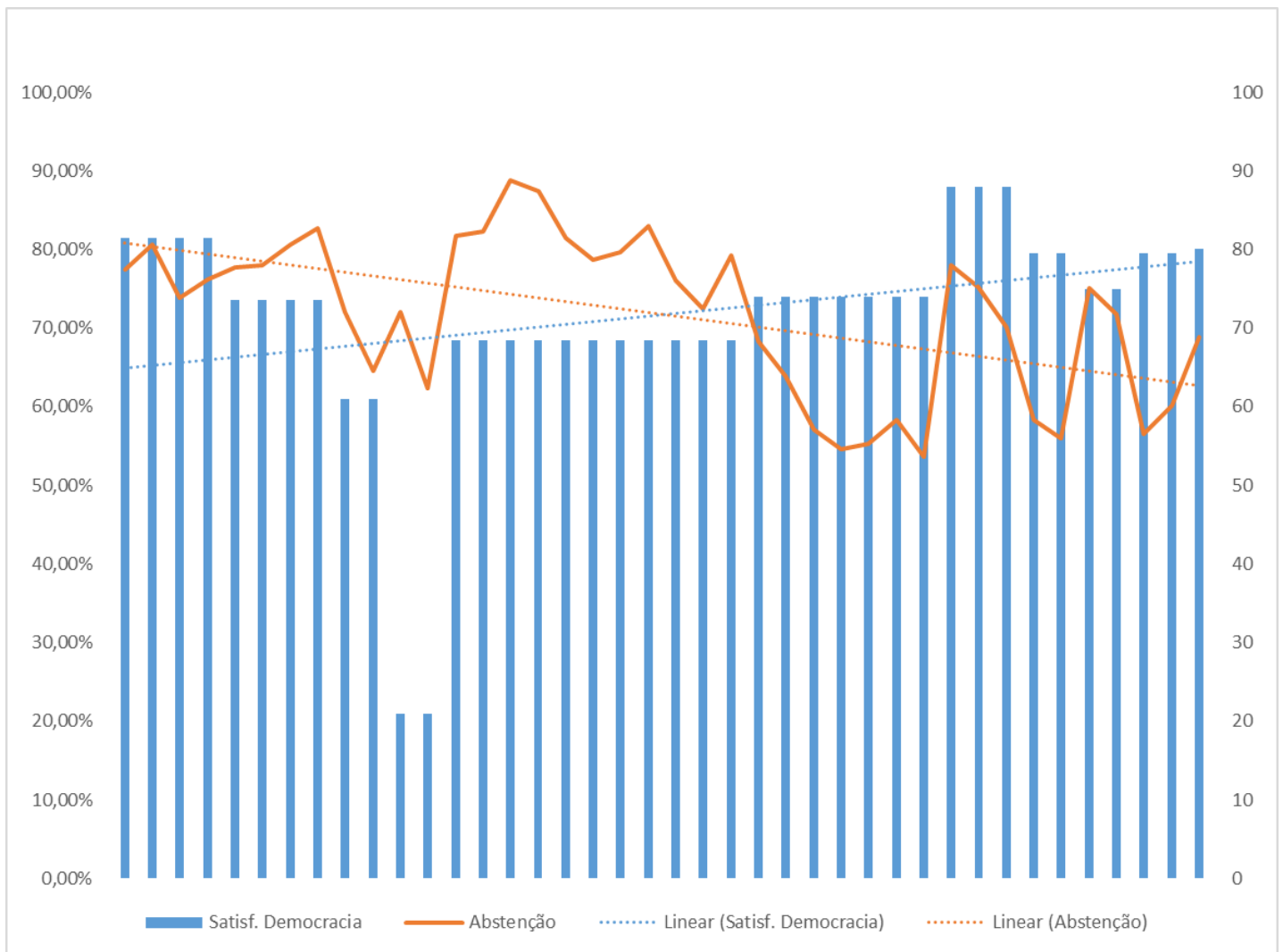


Gráfico 5 – Relacionando a variável Satisfação com a democracia e a variável Abstenção (Vap Turnout)

Uma correlação não paramétrica entre a variável *Duração do Governo (dias)* e a variável *Satisfação com o funcionamento da democracia* à razão ,538. Parece estabelecer-se uma clara correlação positiva entre estas duas variáveis indiciando que a estabilidade dos Governos pode ser um factor importante na avaliação que os cidadãos fazem do nível de satisfação com o funcionamento da democracia.

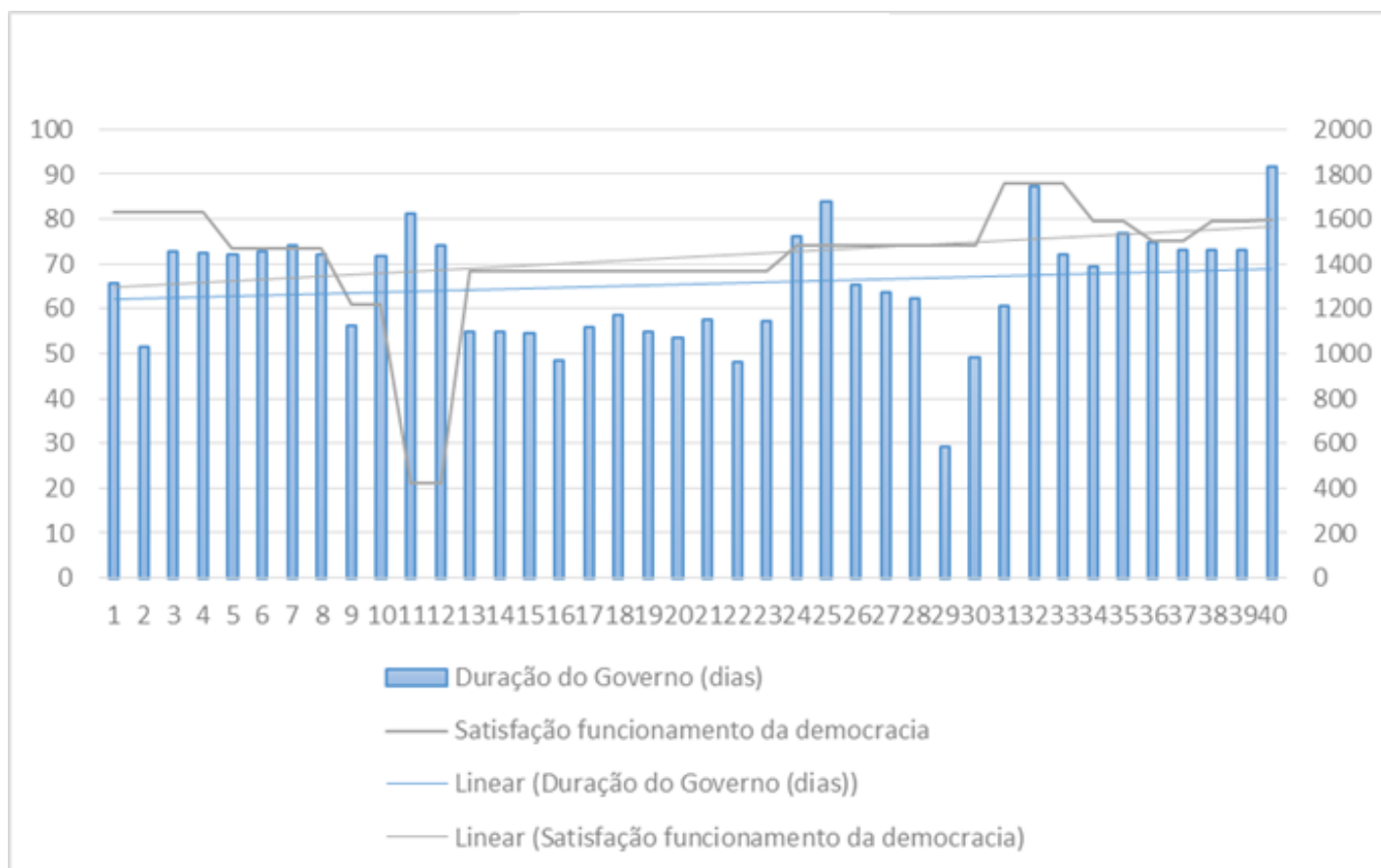


Gráfico 6 – Relacionando a variável Duração do Governo (dias) com a variável Satisfação com o funcionamento da democracia

Uma correlação não paramétrica entre os níveis de abstenção e o coeficiente de Ideologia à razão de $-0,355$. Pelo gráfico desta correlação parece possível afirmar que a abstenção aparenta aumentar em eleições posteriores a Governos mais à direita no espectro ideológico (dado a natureza dos dados VAP Turnout – ver acima p. 59 – a diminuição deste indicador significa aumento da abstenção) na variável ideologia, aos valores positivos correspondem governações mais à direita, e os negativos mais à esquerda);

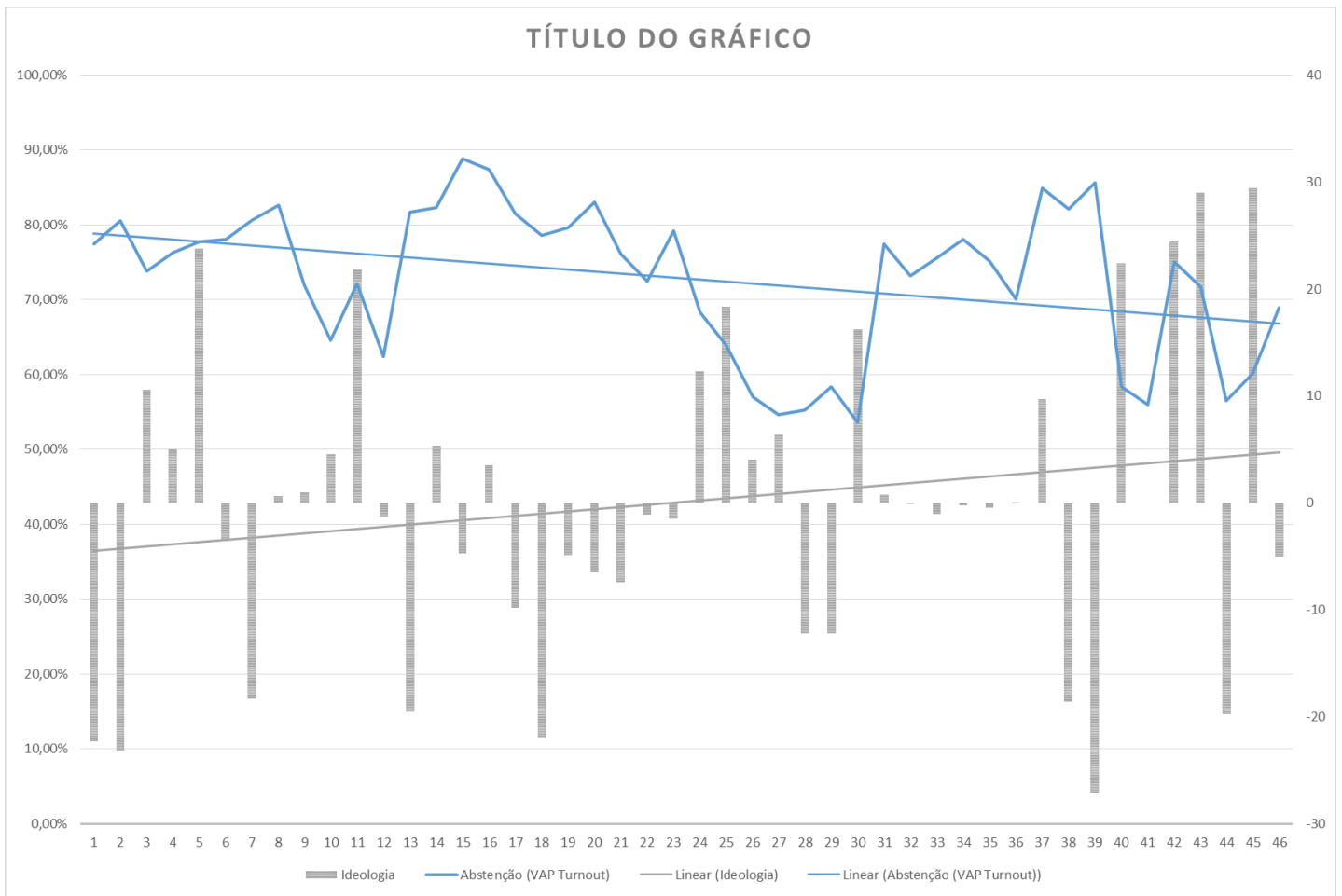


Gráfico 7 – Relacionando a variável Abstenção (VAP Turnout) com a variável Ideologia

Uma correlação não paramétrica entre a variável *níveis de abstenção* e a variável duração do Governo (em dias) à razão de $-0,437$. O gráfico desta correlação parece indicar que a abstenção (indicador VAP turnout p.59) aumenta após Governos mais longos.

Título do Gráfico

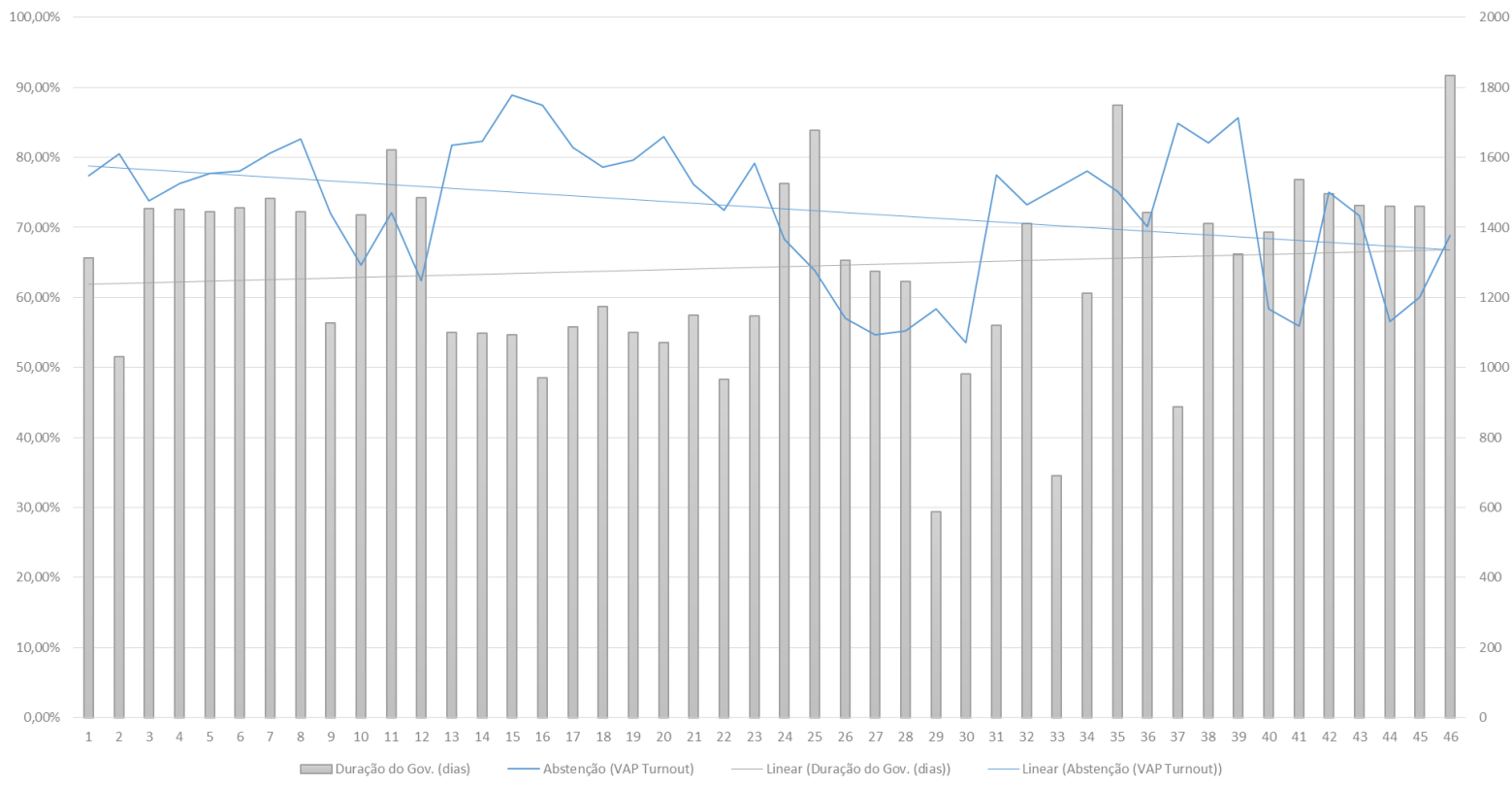


Gráfico 8 – Relacionando a variável Duração do Governo (dias) com a variável Abstenção (VAP Turnout)

Uma correlação paramétrica entre os níveis de literacia e o crescimento do PIB à razão de ,336 revelando um crescimento simultâneo entre estas duas variáveis;

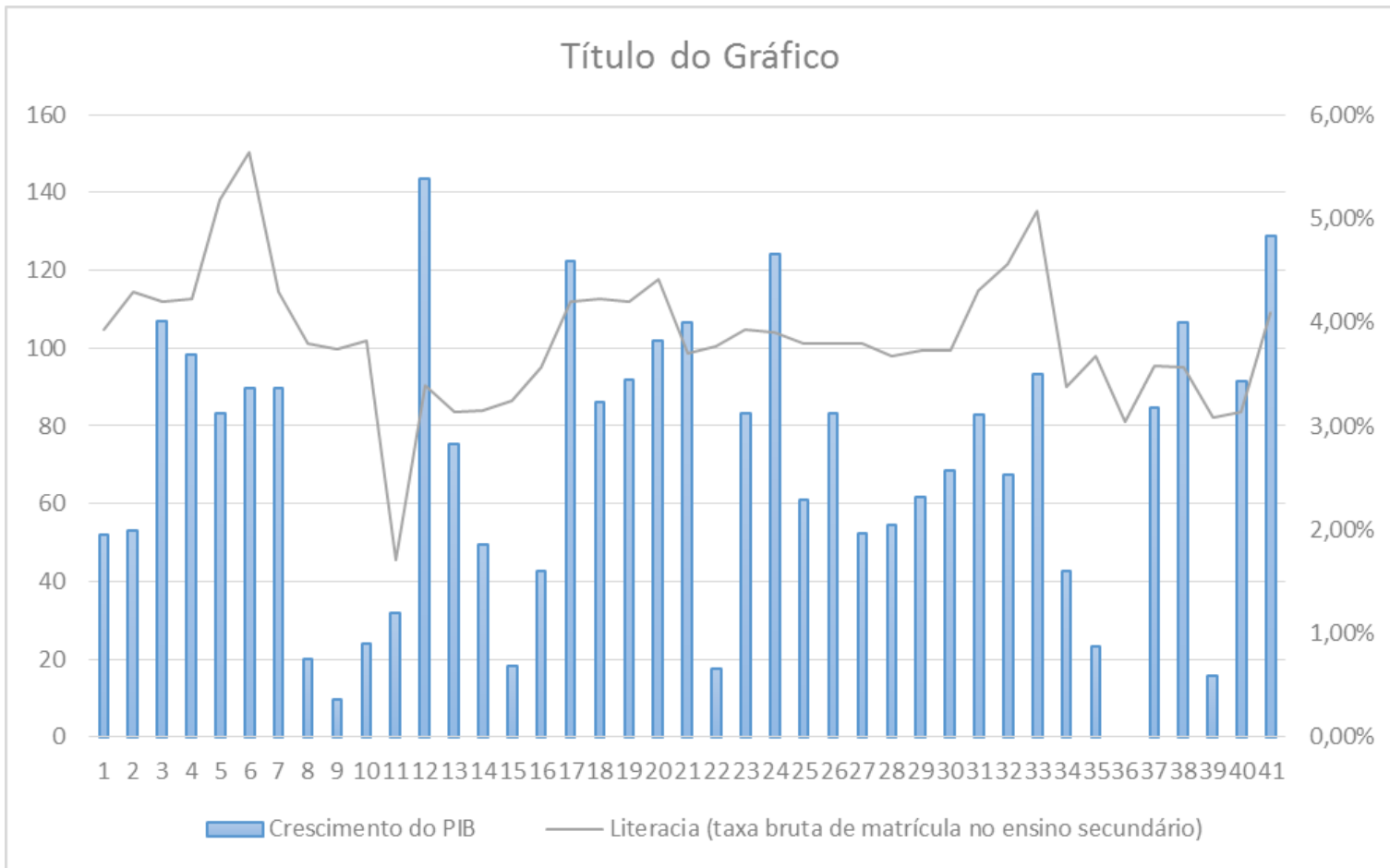


Gráfico 9 – Relacionando a variável Crescimento do PIB com a variável Literacia

Uma correlação não paramétrica entre os níveis de literacia e os níveis de satisfação com o funcionamento da democracia à razão de ,342 denotando uma tendência para estas duas variáveis evoluírem no mesmo sentido; Avanço a ideia que cidadãos mais letrados são mais exigentes para com os políticos e governantes mas, igualmente, estão mais aptos a perceber as contingências do exercício da governação mostrando-se, assim, mais tolerantes em relação aos aspectos menos conseguidos.

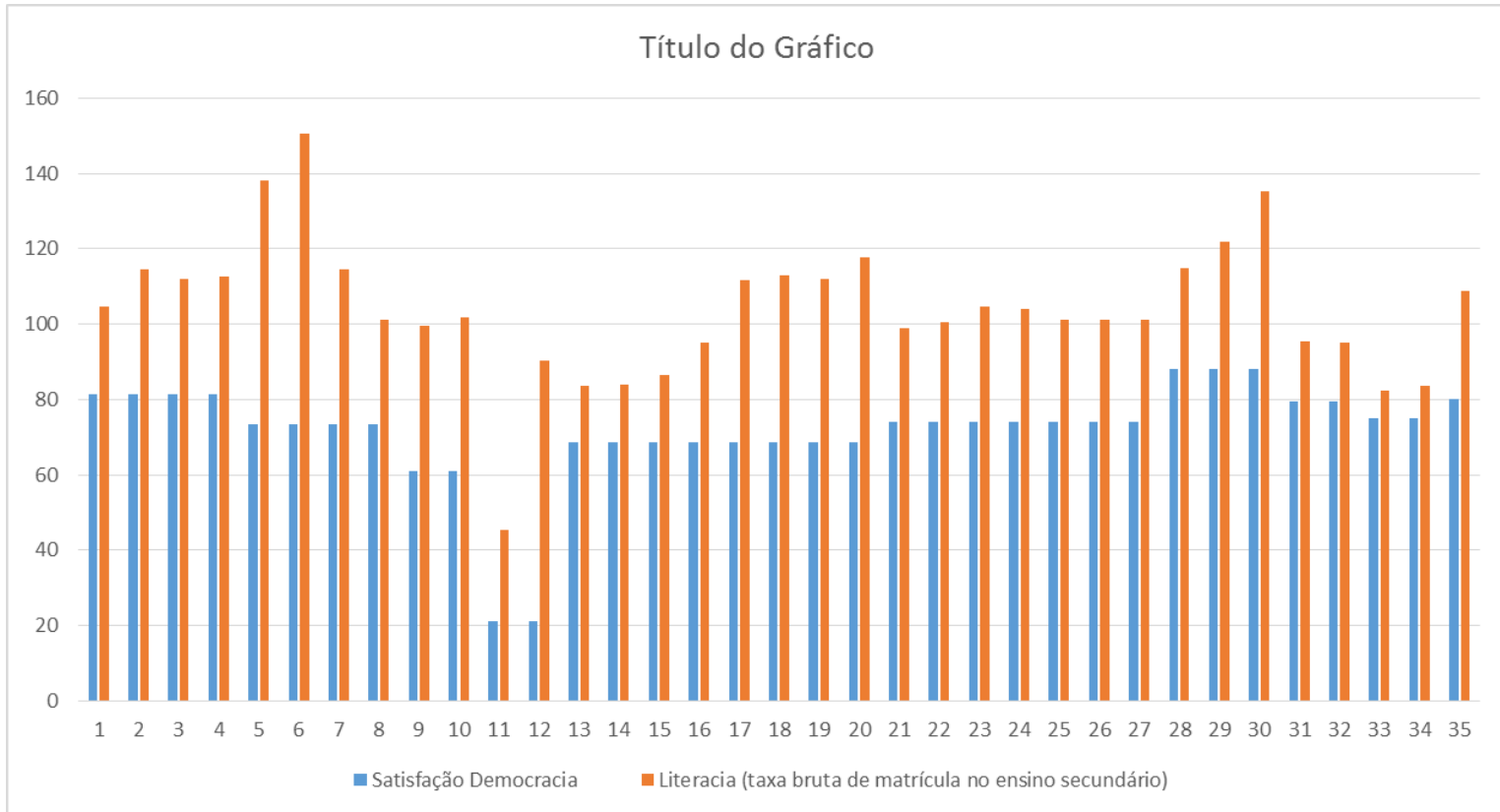


Gráfico 10 – Relacionando a variável Satisfação com o funcionamento da democracia com a variável Literacia

Outras correlações significativas são passíveis de se encontrar na análise das variáveis nominais deste estudo (variáveis cuja análise no programa SPSS pressupõem a técnica da tabulação cruzada). Através da análise dos dados, chegou-se à conclusão que a esmagadora maioria dos Governos de maioria absoluta originam-se em sistemas políticos parlamentares; o maior número de casos de Governos de maioria absoluta e coligações maioritárias origina-se e sistemas políticos multipartidários, ficando as soluções governativas de minoria em maior ocorrência nos sistemas bipartidários. Dos casos

analisados, não existem coligações nem maioritárias nem minoritárias em sistemas políticos bipartidários.

Parece existir uma tendência para os sistemas políticos parlamentares originarem mais Governos de um só partido e conseqüentemente menor número de veto players; constata-se que os sistemas políticos semipresidenciais e parlamentares estão associados ao multipartidarismo enquanto o sistema presidencial ao bipartidarismo; no respeitante à relação entre o tipo de Governo e o sistema político, parece existir uma relação que torna mais provável Governos de coligação em sistemas políticos semipresidenciais.

Conclusão do capítulo

Tendo por base estes resultados, podemos afirmar que se vê provado uma das hipóteses avançadas:

H1 - A probabilidade do(s) partido(s) do Governo cumprir(em) as promessas enunciadas em contexto de campanha eleitoral que visem alterar o *status quo* depende negativamente do número de agentes com poder de veto existente.

Capítulo VI - Conclusão

A importância do cumprimento das promessas pelos partidos que formam Governo é decisiva para o bom funcionamento da democracia representativa. Apenas se existir uma coerência elevada entre as propostas dos partidos em eleições e as políticas efectivadas uma vez no poder, é que estarão reunidas as condições de confiança e credibilidade favoráveis à participação cidadã nas instituições democráticas de eleição do poder.

Investigações prévias mostram-nos que os partidos de Governo cumprem em maior grau as suas promessas que os partidos de oposição, diferença que se agudiza sempre que estejamos perante Governos com maiorias absolutas de um só partido. Este dado é intuitivo. Com efeito, o cumprimento de uma promessa pressupõe a existência de poder executivo. Por este motivo, essas investigações igualmente demonstram que os partidos de Governo que controlam as pastas ministeriais mais relevantes e de onde parte o PM são, dentro desses partidos, os que tendencialmente cumprem mais promessas. Outros factores apontados como possibilitadores e facilitadores do cumprimento das promessas são o crescimento económico; a duração dos Governos (Governos mais longos conduzem a níveis de cumprimento mais elevados); característica da promessa de ser ou não no sentido de manutenção do *status quo* (as que vão nesse sentido são mais provavelmente cumpridas); no caso concreto dos EUA, a literatura mostra-nos que o partido do Presidente mais provavelmente irá cumprir as suas promessas se detiver o Congresso e, assim, não tiver que dividir o poder com outra força partidária.

Focando as causas do cumprimento das promessas nas variáveis exclusivamente institucionais, elas têm um denominador comum: traduzem uma relação de dependência entre a possibilidade de uma política de alteração do *status quo* ser vetada por um agente político com poder para tal e os níveis de cumprimento de promessas que pressupõem uma alteração do *status quo* (a maioria das promessas). Com base neste pressuposto, o que se procurou fazer nesta dissertação foi tornar mais parcimoniosa a explicação institucional referente ao cumprimento de promessas do(s) partido(s) do Governo: de

várias explicações fragmentadas – tipo de Governo (maioritário ou minoritário, de coligação ou não); se os Presidentes, em regimes presidenciais, controlam ou não as câmaras do parlamento; se as promessas têm ou não apoio de todos os partidos de um Governo de coligação; a distância ideológica entre os partidos da coligação (quanto menor for, maior é a probabilidade de se cumprir as promessas desses partidos) – passamos a uma completa, grande e parcimoniosa variável explicativa: quantos mais agentes com poder de veto existirem (aplicando-se a regra de absorção sempre que estejamos diante de um conjunto de VP muito próximos ideologicamente), menor será a possibilidade de cumprimento das promessas, por parte do(s) partido(s) do Governo, que visem alterar o *status quo*.

Este foi o raciocínio que se encontrou na génese da hipótese 1 desta dissertação - H1 - A probabilidade do(s) partido(s) do Governo em cumprir(em) as promessas políticas que visem alterar o *status quo* depende negativamente do número de agentes com poder de veto existente. Essa hipótese foi confirmada empiricamente. Reconheço que esta constatação possa parecer uma evidência com pouco acrescento ao conhecimento, no entanto, uma reflexão mais pausada leva-me a intuir que esse juízo está errado. A partir desta dissertação, todos quanto se interessem pela matéria do cumprimento das promessas políticas e que conheçam estes resultados passarão a estabelecer uma relação causal entre o trabalho de George Tsebelis e o fenómeno do cumprimento de promessas políticas e terão, ao seu dispor, uma ferramenta analítica até aqui não considerada – o agente com poder de veto. Em segundo lugar, ao estabelecer-se o cumprimento de promessas políticas como um *proxy* de estabilidade das políticas públicas, foi possível acrescentar um factor adicional de comprovação da teoria de Tsebelis (2001) que afirma que o aumento do número de agentes com poder de veto está relacionado com o aumento da estabilidade das políticas públicas.

Este trabalho, no entanto, recusou-se a concentrar-se exclusivamente nesta variável explicativa. Pelo contrário, procurou alargar o enfoque do estudo a outras variáveis explicativas relevantes em estudos prévios: crescimento económico, ideologia do Governo, duração do Governo. Incluiu ainda como variável explicativa a literacia média dos cidadãos. Outras duas importantes variáveis foram incluídas na análise – os níveis de

satisfação com o funcionamento da democracia e os níveis de abstenção – aqui o objectivo centrou-se na tentativa de perceber se os níveis de cumprimento das promessas estão relacionados com a apreciação que os cidadãos fazem do funcionamento da democracia e se existe uma relação entre esses níveis e a incidência da abstenção. Nada disso foi comprovado empiricamente. Não significa isto que não exista relação, apenas que este trabalho, com esta metodologia, não foi capaz de o comprovar.

Da análise estatística surgiram resultados estatisticamente significativos que, pesa embora não confirmem as restantes hipóteses apresentadas, não devem ser ignorados. Com efeito a Ciência Política, como qualquer disciplina, deve funcionar como um todo. Não devo, por isso, ignorar resultados interessantes que este conjunto de dados trouxe ao conhecimento. O estabelecimento de uma correlação entre os níveis de abstenção e da satisfação com o funcionamento da democracia, em que a primeira variável parece aumentar face a aumentos da segunda, é um dado surpreendente pois instaura a noção que a satisfação com o funcionamento da democracia leva a uma certa desmobilização. Investigações posteriores deverão confirmar ou não esta relação e adiantar causas explicativas mais sólidas; igualmente intrigante é a correlação entre os níveis de abstenção e a ideologia do Governo cessante (aumento da abstenção em eleições posteriores a Governos de pendor mais de direita) penso que pode haver aqui fundamento para investigações posteriores tendo em vista a confirmação destes dados e perceber as causas explicativas. Encontrou-se igualmente uma correlação positiva entre os níveis de literacia e 1) o crescimento do PIB 2) os níveis de satisfação com o funcionamento da democracia. Na análise do efeito da variável duração dos Governos, encontrou-se uma relação negativa entre essa variável e os níveis de abstenção e, em segundo, uma relação positiva com os níveis de satisfação com o funcionamento da democracia.

Em modo de conclusão, e como súpula dos principais ensinamentos adquiridos ao longo do curso, do qual, este documento é a última etapa, constato a perene tendência para os agentes políticos, como humanos racionais, agirem por incentivos. Ora, se a vontade e ambição de ganhar mandatos, na luta competitiva pelo poder, é um forte incentivo para o enunciar de promessas que criem expectativa e adesão no eleitorado e

gerem votos – mesmo que a hipótese do seu cumprimento futuro não seja inequívoco ou até provável – a melhor forma de prevenir esse dano de descumprimento de promessas passa por criar incentivos contrários. Ou seja, institucionalizar uma penalização política aos agentes políticos que não cumprem as suas promessas. Ressalto penalização política porque oponho-me a qualquer forma de judicialização da política. Uma penalização política que podia institucionalizar-se e operacionalizar-se de várias formas: desde perda de mandatos imediata, passando por uma cláusula de perda de votação/mandatos em eleições futuras face a comprovados descumprimentos, ou até a obrigatoriedade de cumprimento de uma promessa do campo partido-ideológico adversário face a um descumprimento no seu próprio programa em matérias do mesmo espaço ministerial/governativo.

Penso que com a adopção de medidas deste tipo poder-se-ia criar os mecanismos institucionais que criassem incentivos, desde logo, à não enunciação de promessas não expectavelmente cumpríveis e, posteriormente, ao cumprimento das enunciadas pelos agentes políticos. Fica aqui o mote para futuras reflexões, próprias ou de terceiros, que procurem perceber até que ponto é possível e recomendável esse tipo de mecanismos institucionais.

Bibliografia

Artés, Joaquin. "Do Spanish politicians keep their promises?." *Party Politics* 19.1 (2013): 143-158.

Caetano, Kati. "A potência da promessa: formas de convencimento do discurso político."

Costello, Rory, and Robert Thomson. "Election pledges and their enactment in coalition governments: A comparative analysis of Ireland." *Journal of Elections, Public Opinion and Parties* 18.3 (2008): 239-256.

Coutinho, Clara Pereira. *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*. Almedina, 2014.

Della Porta, Donatella, and Michael Keating, eds. *Approaches and methodologies in the social sciences: A pluralist perspective*. Cambridge University Press, 2008.

Demo, Pedro. *Pobreza política*. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

Ezequiel, Vanderlei Castro. "Eleição: promessas de campanha e a precarização da noção de cidadania." *Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática* 11.21 (2012).

Ferguson, Mark Joseph. *Pledge Fulfillment in Germany: An Examination of the Schröder II and Merkel I Governments*. Diss. The University of Alabama TUSCALOOSA, 2012.

Körösényi, András, and Miklós Sebők. "The Political Theory of Pledge-Fulfillment." (2012).

Kostadinova, Petia. "Democratic performance in post-communist Bulgaria: election pledges and levels of fulfillment, 1997–2005." *East European Politics* 29.2 (2013): 190-207.

Mansergh, Lucy, and Robert Thomson. "Election pledges, party competition, and policymaking." *Comparative Politics* (2007): 311-329.

McCluskey, Nathan. "A Policy of Honesty: Election Manifesto Pledge Fulfilment in New Zealand 1972-2005." (2008).

Moury, Catherine. "Italian coalitions and electoral promises: assessing the democratic performance of the Prodi I and Berlusconi II governments." *Modern Italy* 16.1 (2011): 35-50.

Nascimento, Emerson Oliveira do. "Sociedade civil, capital social e democracia no Brasil." *Pensamento Plural* 10 (2014): 119-154.

Naurin, Elin. "Is a promise a promise? Election pledge fulfilment in comparative perspective using Sweden as an example." *West European Politics* 37.5 (2014): 1046-1064.

Quivy, Raymond, and Luc Van Campenhoudt. "Manual de investigação em ciências sociais." (1998).

Schermann, Katrin, and Laurenz Ennser-Jedenastik. "Explaining coalition-bargaining outcomes: Evidence from Austria, 2002–2008." *Party Politics* (2012).

Schermann, Katrin, and Laurenz Ennser-Jedenastik. "Linking election pledges to policy outcomes: the Austrian case." (2012).

Shen, Yu-chung. "Veto Players Theory and the Stability of Semi-Presidential Regimes." (2009).

Stähle, Johanna. "Institutions, Veto Players and Policy Change." (2006).

Thomson, Robert. "The programme to policy linkage: The fulfilment of election pledges on socio-economic policy in The Netherlands, 1986–1998." *European Journal of Political Research* 40.2 (2001): 171-197.

Thomson, Robert, Terry Royed, and Elin Naurin. "The program-to-policy linkage: A comparative study of election pledges and government policies in the United States, the United Kingdom, the Netherlands and Ireland." *APSA 2010 Annual Meeting Paper*. 2010.

Thomson, Robert. "Citizens' evaluations of the fulfillment of election pledges: evidence from Ireland." *The Journal of Politics* 73.01 (2011): 187-201.

Thomson, Robert, et al. "The program-to-policy linkage: A comparative study of election pledges and government policies in ten countries." *APSA 2012 Annual Meeting Paper*. 2012.

Tsebelis, George. "Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 12.34 (1997): 89-117.

Tsebelis, George. "Veto players and law production in parliamentary democracies: An empirical analysis." *American Political Science Review* 93.03 (1999): 591-608.

Tsebelis, George. "Veto players and institutional analysis." *Governance* 13.4 (2000): 441-474.

Tsebelis, George. *Veto players: How political institutions work*. Princeton University Press, 2002.

Sítios da internet consultados

<http://www.idea.int/>

<http://www.cses.org/>

<http://www.worldbank.org/>

<http://www.indexmundi.com/>

<http://presidential-power.com/>

<http://d-scholarship.pitt.edu/8056/>

<http://www.parties-and-elections.eu/>

<http://www.semipresidentialism.com/>

<http://www.idea.int/vt/countryview.cfm?id=-1>

<http://press.princeton.edu/chapters/i7419.html>

<http://w3.ualg.pt/~lfaisca/SMAD05/SMAD%2005.pdf>

<http://www.wahlen-in-deutschland.de/bBundesrat.htm>

https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard_dataset/

http://www.cses.org/resources/results/CSESresults_SatisfactionWithDemocracy.htm

Anexo

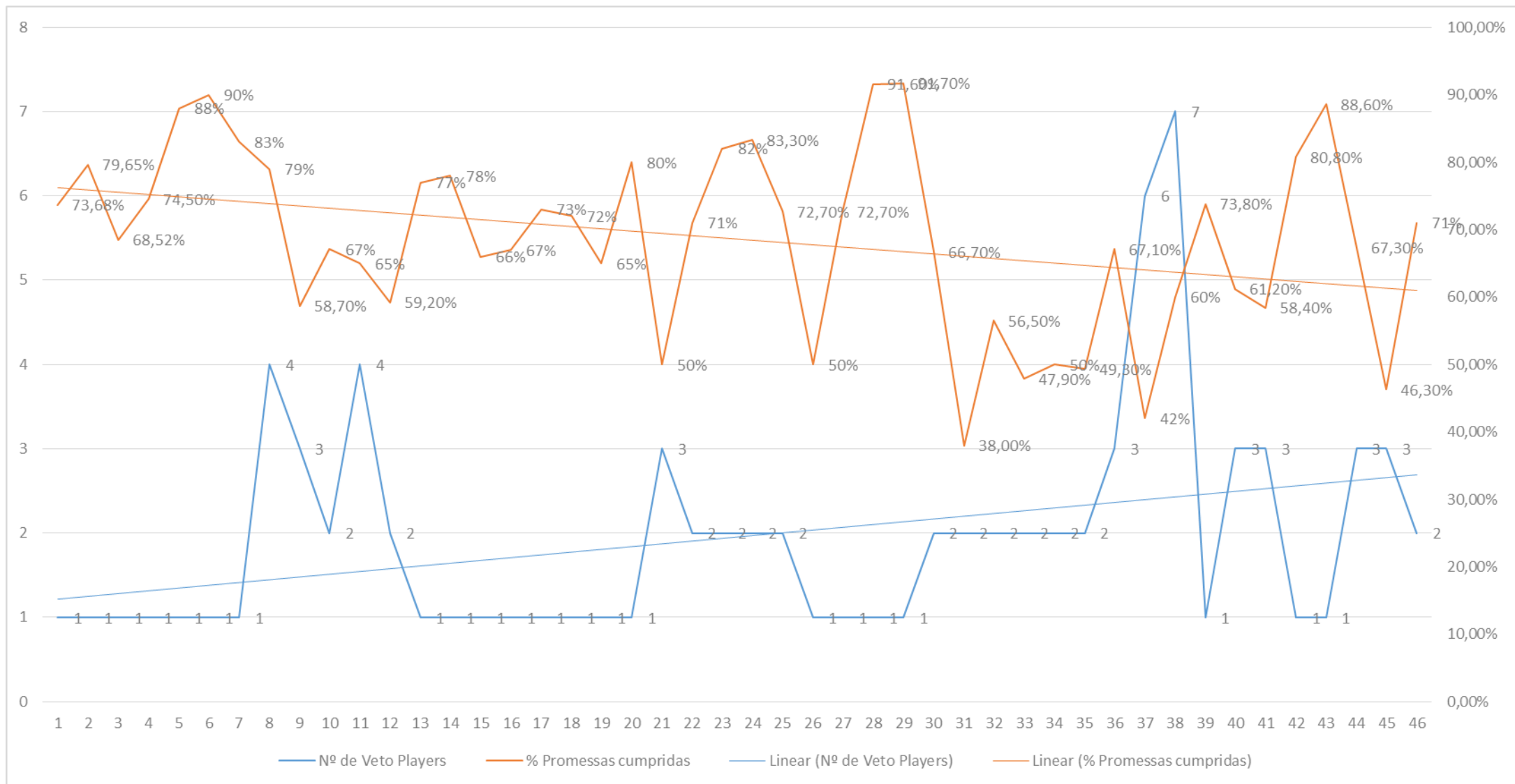


Gráfico 1.2 - Relacionando a variável % de Promessas cumpridas com a variável nº de VPs

Tabela no seu formato original, de impossível leitura

Unidade	Período	Quantidade	Valor	Descrição	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Juiz de Fora	1990-93	1312	1000
Juiz de Fora	1993-95	1828	1000
Juiz de Fora	1995-2000	1483	1000
Juiz de Fora	2000-04	1481	1000
Juiz de Fora	1990-93	1444	1000
Juiz de Fora	1993-95	1483	1000
Juiz de Fora	1995-2000	1482	1000
Juiz de Fora	2000-2000	1444	1000
Juiz de Fora	2000-00	1127	1000
Juiz de Fora	2000-00	1426	1000
Juiz de Fora	1997-2000	1622	1000
Juiz de Fora	2000-2000	1488	1000
Juiz de Fora	1993-20	1899	1000
Juiz de Fora	1993-20	1897	1000
Juiz de Fora	1993-20	1894	1000
Juiz de Fora	1993-20	921	1000
Juiz de Fora	1993-20	1118	1000
Juiz de Fora	1993-20	1128	1000
Juiz de Fora	1993-20	1188	1000
Juiz de Fora	1993-20	1871	1000
Juiz de Fora	1993-20	1149	1000
Juiz de Fora	1993-20	948	1000
Juiz de Fora	1993-20	1148	1000
Juiz de Fora	1990-00	1826	1000
Juiz de Fora	1990-00	1827	1000
Juiz de Fora	1990-00	1286	1000
Juiz de Fora	1990-00	1274	1000
Juiz de Fora	1990-00	1246	1000
Juiz de Fora	1990-00	887	1000
Juiz de Fora	1990-00	981	1000
Juiz de Fora	2000-2000	1128	1000
Juiz de Fora	2000-20	1418	1000
Juiz de Fora	2000-20	1418	1000
Juiz de Fora	1993-00	1212	1000
Juiz de Fora	1993-00	1749	1000
Juiz de Fora	1993-00	1442	1000
Juiz de Fora	1990-00	887	1000
Juiz de Fora	1990-00	1412	1000
Juiz de Fora	1990-00	1223	1000
Juiz de Fora	1990-00	1286	1000
Juiz de Fora	1990-00	1826	1000
Juiz de Fora	1990-00	1497	1000
Juiz de Fora	1990-00	1462	1000
Juiz de Fora	1990-00	1481	1000
Juiz de Fora	1990-00	1481	1000
Juiz de Fora	1990-00	1824	1000

Parte superior da tabela

Autor/Ano	País/Período	Duração gov. em dias	Tipo de Governo	Partidos de Governo / % votos
Joaquín Artés 2012	Espanha 1989-93	1312	Gov. Maioria absoluta	Spanish Socialist Workers' Party (PSOE) - 39.55%
Joaquín Artés 2012	Espanha 1993-96	1030	Gov. Minoritário	Spanish Socialist Workers' Party (PSOE) - 38.68%
Joaquín Artés 2012	Espanha 1996-2000	1453	Gov. Minoritário	People's Party (PP) - 38.74%
Joaquín Artés 2012	Espanha 2000-04	1451	Gov. Maioria absoluta	People's Party (PP) - 45.24%
Elin Naurin 2013	Suécia 1994-98	1444	Gov. Minoritário	Social Democratic Workers Party - 45.25%
Elin Naurin 2013	Suécia 1998-2002	1456	Gov. Minoritário	Social Democratic Workers Party - 36.4%
Elin Naurin 2013	Suécia 2002-06	1482	Gov. Minoritário	Social Democratic Workers Party - 39.85%
Elin Naurin 2013	Suécia 2006-2010	1444	Gov. de coligação maioritário	Moderate Party - 26.23% Centre Party - 7.88% Liberal Party - 7.54% Christian Democratic Party - 6.59%
Mark Ferguson 2012	Alemanha 2002-05	1127	Gov. de coligação maioritário	SPD - 251 seats / 41.6% Grünen (Alliance '90/The Greens) - 55 seats / 9.1% (306/603)
Mark Ferguson 2012	Alemanha 2005-09	1436	Gov. de coligação maioritário	CDU - 180 seats / 29.3% SPD - 222 seats / 36.2% CSU - 46 seats / 7.5% (448/614)
Petia Kostadinova 2013	Bulgária 1997-2001	1622	Gov. de coligação maioritário	UDF 52.3% - 137 seats
Petia Kostadinova 2013	Bulgária 2001-2005	1485	Gov. de coligação maioritário	NDSV 42.74% - 120 seats; DPS 7.4% - 21 seats
Nathan McCluskey 2008	Nova-Zelândia 1972-75	1099	Gov. maioritário	Labour Party - 48.3%
Nathan McCluskey 2008	Nova-Zelândia 1975-78	1097	Gov. maioritário	National Party - 47.2%
Nathan McCluskey 2008	Nova-Zelândia 1978-81	1094	Gov. maioritário	National Party - 39.8%
Nathan McCluskey 2008	Nova-Zelândia 1981-84	971	Gov. maioritário	National Party - 38.7%
Nathan McCluskey 2008	Nova-Zelândia 1984-87	1115	Gov. maioritário	Labour Party - 42.9%
Nathan McCluskey 2008	Nova-Zelândia 1987-90	1175	Gov. maioritário	Labour Party - 47.9%
Nathan McCluskey 2008	Nova-Zelândia 1990-93	1100	Gov. maioritário	National Party - 47.8%
Nathan McCluskey 2008	Nova-Zelândia 1993-96	1071	Gov. maioritário	National Party - 35%
Nathan McCluskey 2008	Nova-Zelândia 1996-99	1149	Gov. de coligação maioritário	National Party - 34.9%/44 seats New Zealand First - 13.4%/17 seats ACT Party - 3.7%/8 seats
Nathan McCluskey 2008	Nova-Zelândia 1999-2002	965	Gov. de coligação minoritário	Labour Party - 38.7%/49 seats Alliance - 7.7%/10 seats
Nathan McCluskey 2008	Nova-Zelândia 2002-2005	1148	Gov. de coligação minoritário	Labour Party - 41.2%/52 seats Progressive Party - 1.7%/2 seats

Nº partidos no gov.	Apoio parlamentar do gov.	Ideologia do gov.
um partido	175/350 parlamentares	-22,31
um partido	159/350 parlamentares	-23,21
um partido	156/350 parlamentares	10,53
um partido	183/350 parlamentares	5,01
um partido	161/349 parlamentares	23,79
um partido	131/349 parlamentares	-3,52
um partido	144/349 parlamentares	-18,32
quatro partidos	MP- 97 CP - 29 LP - 28 CDP - 24(349)	[(MP)3.960*97+(CP)-4.450*29+(LP)14.550*28+(CDP)0.810*24/178] ,66
três partidos	306/603	[(SPD)4.099*251+(Grünen)-13.450*55/306] 1,02
três partidos	448/614	[(CDU)25.415*180+(SPD)-2.043*222/448] 4,57
quatro partidos	137/240	21,79
dois partidos (em 2005 entra	141/240	[(NDSV)-10.775*120+(DPS)7.955*21/141] - 1,29
um partido	55/87	-19,57
um partido	55/87	5,31
um partido	51/92	-4,73
um partido	47/92	3,54
um partido	56/95	-9,79
um partido	58/97	-21,99
um partido	67/97	-4,89
um partido	50/99	-6,45
três partidos	69/120	[(National Party)*-7.235*44+(New Zealand First)*-25.197*17+(ACT Party)13.793*8/69]=-
dois partidos	59/120	[(Labour Party)*-23.333*49+(Alliance)6.299*10/59]=- -1,14
dois partidos	54/120	[(Labour Party)*-28.136*52+(Progressive Party)-27.523*2/54]=- -1,46

Sistema Político	Sistema Partidário	Estrutura do Parlament	Satisfação com democ	Abstenção	Pib	Literacia	Pertença à UE	% Promessas eleitorais de cariz	YPs	
parlamentar	bipartidarismo	bicamaral	81,5	77,43%	1,95%	104.8	Sim	73,68%	1	económico
parlamentar	bipartidarismo	bicamaral	81,5	80,56%	1,99%	114.4	Sim	79,65%	1	cumpridas
parlamentar	bipartidarismo	bicamaral	81,5	73,79%	4,01%	112.1	Sim	68,52%	1	
parlamentar	bipartidarismo	bicamaral	81,5	76,25%	3,68%	112.7	Sim	74,5%	1	
									% Promessas eleitorais cumpridas	
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	73,5	77,72%	3,12%	138.1	Sim* (11/195)	88%	1	pelo menos
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	73,5	78,04%	3,37%	150.5	Sim	90%	1	parcialmente
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	73,5	80,60%	3,37%	114.4	Sim	83%	1	
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	73,5	82,63%	0,75%	101	Sim	79%	4	
parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	61	71,99%	0,36%	99.7	Sim	58,7%	3	
parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	61	64,61%	0,90%	101.8	Sim	67,1%	3	
semi-presidencial	multi-partidarismo	unicamaral	21	72,10%	1,20%	45.5	Não	65%	4	
semi-presidencial	multi-partidarismo	unicamaral	21	62,41%	5,38%	90.4	Não	59,2%	2	
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	68,5	81,70%	-	-	Não	77%	1	
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	68,5	82,32%	-	-	Não	78%	1	
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	68,5	88,86%	-	-	Não	66%	1	
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	68,5	87,44%	2,83%	83.7	Não	67%	1	
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	68,5	81,43%	1,86%	83.9	Não	73%	1	
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	68,5	78,62%	0,69%	86.4	Não	72%	1	
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	68,5	79,61%	1,60%	95	Não	65%	1	
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	68,5	83,02%	4,59%	111.8	Não	80%	1	
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	68,5	76,11%	3,23%	112.8	Não	50%	3	
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	68,5	72,49%	3,44%	111.9	Não	71%	2	
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	68,5	79,22%	3,82%	117.7	Não	82%	2	

Parte inferior da tabela

Greg Flynn 2011	Canadá 1984-88	1526	Gov. maioritário	Progressive Conservative Party (PCP) - 50.00%
Greg Flynn 2011	Canadá 1988-93	1677	Gov. maioritário	Progressive Conservative Party (PCP) - 43.01%
Greg Flynn 2011	Canadá 1993-97	1306	Gov. maioritário	Liberal Party - 41.23%
Greg Flynn 2011	Canadá 1997-2000	1274	Gov. maioritário	Liberal Party - 38.37%
Greg Flynn 2011	Canadá 2000-2004	1246	Gov. maioritário	Liberal Party - 40.82%
Greg Flynn 2011	Canadá 2004-06	587	Gov. minoritário	Liberal Party - 36.73%
Greg Flynn 2011	Canadá 2006-08	981	Gov. minoritário	Conservative Party - 36.27%
Katrin Schermann & Laurenz Enns	Áustria 2000-2003	1120	Gov. de coligação maioritário	People's Party (ÖVP) - 26.91% Freedom Party (FPÖ) - 26.91%
Katrin Schermann & Laurenz Enns	Áustria 2003-07	1412	Gov. de coligação maioritário	People's Party (ÖVP) - 42.27% Freedom Party (FPÖ) - 10.01%
Katrin Schermann & Laurenz Enns	Áustria 2007-08	690	Gov. de coligação maioritário	Social Democratic Party (SPÖ) - 35.71% People's Party (ÖVP) - 34.22%
Robert Thomson 2001	Holanda 1986-89	1212	Gov. de coligação maioritário	Christian Democratic Appeal (CDA) - 34.6% People's Party for Freedom and Democracy (VVD) - 17.4%
Robert Thomson 2001	Holanda 1989-94	1749	Gov. de coligação maioritário	Christian Democratic Appeal (CDA) - 35.3% Labour Party (PvdA) - 31.9%
Robert Thomson 2001	Holanda 1994-98	1442	Gov. de coligação maioritário	Labour Party (PvdA) - 24% Christian Democratic Appeal (CDA) - 22.2% Democrats 66 (D66) - 15.5%
Catherine Moury 2011	Itália 1996-98	887	Gov. de coligação minoritário	Popolari per Prodi (PRODI) - 6.8% CD (câmara dos deputados)/-SR (Senado da República) Federazione dei Verdi (VERDI) - 2.5% CD/-SR *
Catherine Moury 2011	Itália 2001-05	1412	Gov. de coligação maioritário	Forza Italia(FI) - 29.4% CD/ - SR Alleanza Nazionale (AN) - 12% CD/ - SR Lega Nord (LN) - 3.9% CD/3.9% SR Nuovo Partito Socialista Italiano (NPSI) - 1% *
Joaquín Artés & Antonio Bustos	Grécia 1981	1323	Gov. maioria absoluta	Panhellenic Socialist Movement (PASOK) - 48.1%
Joaquín Artés & Antonio Bustos	USA 1980-84	1386	Gov. apoio minoritário	Partido Republicano - Senado 44.7% / HR 47.9%
Joaquín Artés & Antonio Bustos	USA 1984-88	1536	Gov. apoio minoritário	Partido Republicano - Senado 49.3% / HR 47%
Joaquín Artés & Antonio Bustos	Reino Unido 1979-83	1497	Gov. apoio maioritário	Partido Conservador - House of Commons (única câmara eleita por sufrágio) - 43.9%
Joaquín Artés & Antonio Bustos	Reino Unido 1983-87	1463	Gov. apoio maioritário	Partido Conservador - House of Commons (única câmara eleita por sufrágio) - 42.4%
Terry Roged & Stephen A. Borrelli	USA 1976-1980	1461	Gov. apoio maioritário	Partido Democrata - Senado 53.7% / HR 55.85%
Terry Roged & Stephen A. Borrelli	USA 1988-1992	1461	Gov. apoio minoritário	Partido Republicano - Senado 46.2% / HR 45.6%
Rory Costello & Robert Thomson	Irlanda 2002-07	1834	Gov. coligação maioritário	Fianna Fáil - 41.5% Progressive Democrats - 4%
				* Lista Dini - Rinnovamento Italiano (LD-RI) - 4.3% CD/-SR Partito Democratico della Sinistra (PDS) - 21.1% CD/-SR
				* ((Cristiani Democratici Uniti (CDU) coligou-se com Centro Cristiano Democratico (CCD)) - 3.2%

um partido	211/282 House of Commons (HC) / 23/104 Senate (S)	12,3
um partido	169/294 HC / 36/104 S	18,3
um partido	177/295 HC / 41/104 S	4,04
um partido	155/301 HC / 51/104 S	6,34
um partido	173/301 HC / 55/105 S	-12,24
um partido	135/308 HC / 64/105 S	-12,20
um partido	124/308 HC / 23/105 S	16,2
dois partidos	(ÖVP) - 52 (FPÖ) - 52 104/183	$[(\text{ÖVP})15.227*52+(\text{FPÖ})24.970*52/104]=,80$
dois partidos	(ÖVP) - 79 (FPÖ) - 18 97/183	$[(\text{ÖVP})-0.582*79+(\text{FPÖ})-18.073*18/97]=- ,05$
dois partidos	(SPÖ) - 68 (ÖVP) - 66 134 / 183	$[(\text{SPÖ})-15.118*68-(\text{ÖVP})-2.961*66/134]=-1,02$
dois partidos	(CDA) - 54 (VVD) - 27 81/150	$[(\text{CDA})-4.000*54+(\text{VVD})6.600*27/81]=- ,21$
dois partidos	(CDA) - 54 (PvdA) - 49 103/150	$[(\text{CDA})-8.800*54+(\text{PvdA})-20.600*49/103]=- ,48$
três partidos	(PvdA) - 37 (CDA) - 34 (D66) - 24 95/150	$[(\text{PvdA})4.258*37+(\text{CDA})-2.594*34+(\text{D66})-8.240*24/95]=- ,07$
quatro partidos	PRODI - 67 CD/31 SR VERDI - 14 CD/14 SR LD-RI - 36 CD/ 11 SR *	$[(\text{PRODI-PPI})- 18.033*67+(\text{VERDI})-11.521*14+(\text{LD-RI})35.294*36+16.822*172/289]= 9,66$
seis partidos	FI - 193 CD/82 SR A N - 99 CD/45 SR LN - 30 CD/17 SR NPSI - 3 CD/ 1 SR *	$[(\text{FI})-18.680*193+(\text{A N})-18.680*99+(\text{LN})-18.680*30+(\text{NPSI})-18.680*3/325]= -18,61 *$
um partido	172/300	-27,12
um partido	Senado - 53/100 HR - 192/435	22,4
um partido	Senado - 53/100 HR - 182/435	33,6
um partido	House of Commons - 339/635	24,4
um partido	House of Commons - 397/650	29
um partido	Senado - 61/100 HR - 292/435	-19,80
um partido	Senado - 45/100 HR - 175/435	29,4
dois partido	Dáil Éireann (câmara baixa) - FF - 81 / PD - 8 (89/166)	$[(\text{FF})-6.246*81+(\text{PD})-9.982*8/89]=- 5,06$
	* PDS - 172 CD/102 SR --- coligação - 289/630 CD / 158/315 SR	* (não se encontrou dados para as forças partidárias CDU/CCD)
	* CDU/CCD - 41 CD/ - SR --- coligação ---- 366/630 CD / 176/315 SR	

parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	74	68,34%	3,99%	98,8	Não	83,3%	2
parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	74	63,87%	0,66%	100,5	Não	72,7%	2
parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	74	57,06%	3,12%	104,8	Não	50%	1
parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	74	54,64%	4,65%	104	Não	72,7%	1
parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	74	55,28%	2,28%	101	Não	91,6%	1
parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	74	58,39%	3,12%	101	Não	91,7%	1
parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	74	53,59%	1,96%	101	Não	66,7%	2
semi-presidencial	multi-partidarismo	bicamaral	-	77,45%	2,05%	97,8	Sim	38,1%	2
semi-presidencial	multi-partidarismo	bicamaral	-	73,21%	2,31%	99,3	Sim	56,5%	2
semi-presidencial	multi-partidarismo	bicamaral	-	75,61%	2,57%	99,3	Sim	47,9%	2
parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	88	78,01%	3,11%	114,8	Sim	50%	2
parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	88	75,20%	2,53%	121,8	Sim	49,3%	2
parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	88	70,12%	3,50%	135,3	Sim	67,1%	3
parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	-	84,92%	1,60%	89,9	Sim	42%	6
parlamentar	multi-partidarismo	bicamaral	-	82,13%	0,87%	98,1	Sim	60%	7
parlamentar	multi-partidarismo	unicamaral	-	85,61%	(-)1,6%	81	Não*	73,8%	1
presidencial	bipartidarismo	bicamaral	79,5	58,39% (Presidenciais)	3,17%	95,5	Não	61,2%	3
presidencial	bipartidarismo	bicamaral	79,5	55,93% (Presidenciais)	3,99%	95	Não	58,4%	3
parlamentar	bipartidarismo	bicamaral	75	75,06%	0,59%	82,3	Sim	80,8%	1
parlamentar	bipartidarismo	bicamaral	75	71,70%	3,43%	83,7	Sim	88,6%	1
presidencial	bipartidarismo	bicamaral	79,5	56,54% (Presidenciais)	3,27%	-	Não	67,3%	3
presidencial	bipartidarismo	bicamaral	79,5	60,08% (Presidenciais)	2,25%	-	Não	46,3%	3
semi-presidencial	multi-partidarismo	bicamaral	80	68,89%	4,83%	108,9	Sim	71%	2

* (ano de adesão 1981)

